

RENATA NUNES

O PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL EM SANTA CATARINA E AS NOVAS  
CONFIGURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social ao Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Beatriz Augusto Paiva

*Tkl.*

Teresa Kleba Lisboa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 01/12/04

Florianópolis

2004

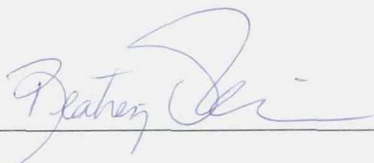
RENATA NUNES

**O PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL EM SANTA CATARINA E AS NOVAS  
CONFIGURAÇÕES SOCIETÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Florianópolis, dezembro de 2004.


BANCA EXAMINADORA



Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Beatriz Augusto Paiva  
Orientadora



Assistente Social Valéria Cabral Carvalho  
Presidente do CRESS – 12<sup>a</sup> Região  
Examinadora



Assistente Social Carmem Lúcia da Silva  
Examinadora

Dedico este trabalho a meus pais, Glória e Renato, a minhas irmãs, ao Andrey, e aos meus grandes amigos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas várias possibilidades de crescimento ao longo desse percurso. Obrigada por ter colocado pessoas tão especiais em meu caminho, que contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento como ser humano.

À professora Beatriz Augusto Paiva, minha orientadora, pela bela contribuição que deu a este trabalho.

À Valéria Cabral Carvalho, pelo carinho com que me recebeu no Conselho Regional de Serviço Social/ SC, e o importante apoio que deu à minha formação.

À Carmem Lucia da Silva, membro da banca examinadora, por aceitar o convite.

Ao Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina, pela oportunidade e apoio no período de Estágio Curricular.

Aos funcionários do CRESS/SC, Ricardo, Tânia, Lucia, Fátima, Lurdinha e Dolores. Obrigada pela força!

Aos assistentes sociais que participaram da pesquisa.

A meus pais, Renato e Glória, por acreditarem em mim e por me permitirem buscar novos caminhos. Amo Vocês!

As minhas irmãs, Rúbia e Rejane, pela bela relação que construímos.

Ao Andrey, pela compreensão e pela força com que tem permanecido ao meu lado.

Aos meus grandes amigos, Fabi, Adri, Marcelino, Roni, obrigada por contribuírem para o meu crescimento. Valeu Galera!

Aos amigos que ganhei ao dividir a sala de aula ao longo desses quatro anos.

A Universidade Federal de Santa Catarina que me oportunizou a formação profissional.

## RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso apresenta o perfil do assistente social em Santa Catarina considerando as mediações que perpassam por seu processo de trabalho em um momento de profundas alterações societárias. O estudo é resultado de uma pesquisa realizada no Conselho Regional de Serviço Social, 12<sup>a</sup> Região, em que se tentou tecer as principais características do assistente social do estado. Para análise de tais resultados, optou-se como eixo de discussão a trajetória histórica da profissão, o processo da reestruturação produtiva, a reforma do Estado e o processo de descentralização, fenômenos determinantes que mediam o processo de trabalho do assistente social na atualidade. Nesse sentido, o projeto ético-político da profissão é considerado ponto fundamental, sobretudo por que tal projeto representa um guia direcional para o exercício da profissão. O desafio profissional está fundamentalmente em construir propostas criativas para o enfrentamento das questões postas para além da lógica que se instaura contemporaneamente, na perspectiva de consolidar um projeto ético-político que vá ao encontro dos interesses das classes populares.

**Palavras-chave:** Assistente Social. Configurações Societárias. Projeto Ético-Político.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Questão de gênero e Serviço Social.....	34
Gráfico 2: Faixa etária e atividade profissional.....	36
Gráfico 3: Orientação religiosa.....	37
Gráfico 4: Orientação sexual.....	38
Gráfico 5: Situação conjugal.....	39
Gráfico 6: Taxa de fecundidade entre os Profissionais.....	40
Gráfico 7: Renda familiar.....	41
Gráfico 8: Ano de conclusão do curso.....	42
Gráfico 9: Grau de formação profissional.....	44
Gráfico 10: Cargo com nomenclatura de assistente social.....	47
Gráfico 11: Número de vínculos na área de Serviço Social.....	49
Gráfico 12: Tipo de vínculo empregatício.....	50
Gráfico 13: Natureza da instituição empregadora.....	52
Gráfico 14: Principal área de atuação do profissional de Serviço Social.....	56
Gráfico 15: Participação em Conselhos de Direito ou de Políticas Públicas.....	59
Gráfico 16: Principais dificuldades encontradas nos espaços sócio-institucionais.....	61
Gráfico 17: Carga horária semanal realizada pelo assistente social.....	64
Gráfico 18: Renda na área de Serviço Social.....	65
Gráfico 19: Conhecimento do Código de Ética.....	72
Gráfico 20: Conhecimento da Lei que regulamenta a profissão.....	73
Gráfico 21: Conhecimento das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social.....	76

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 RESGATE HISTÓRICO DA PROFISSÃO E AS NOVAS DETERMINAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	13
1.1 Resgate histórico do Serviço Social.....	13
1.2 Contextualização do Cenário Atual.....	26
2 O PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL EM SANTA CATARINA.....	33
2.1 Questão de Gênero e Serviço Social.....	33
2.2 Faixa Etária e Atividade Profissional.....	36
2.3 Orientação Religiosa .....	37
2.4 Orientação Sexual.....	38
2.5 Situação Conjugal.....	39
2.6 Taxa de Fecundidade entre os Profissionais .....	40
2.7 Renda Familiar .....	41
2.8 Ano de Conclusão do Curso .....	42
2.9 Grau de Formação Profissional .....	44
2.10 Mercado e Processo de Trabalho do Assistente Social .....	46
2.10.1 Cargo com Nomenclatura de Assistente Social .....	47
2.10.2 Número de Vínculos na Área de Serviço Social.....	49
2.10.3 Tipo de Vínculo Empregatício.....	50
2.10.4 Natureza da Instituição Empregadora .....	52
2.10.5 Principal Área de Atuação do Profissional de Serviço Social .....	56
2.10.6 Participação em Conselhos de Direito ou de Políticas Públicas .....	59
2.10.7 Carga Horária Semanal Realizada pelo Assistente Social.....	64
2.10.8 Renda na Área de Serviço Social .....	65
3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E ATUAIS DESAFIOS AO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL.....	68
3.1 Projeto Ético-político do Serviço Social .....	68
3.2 Código de Ética Profissional.....	70
3.3 Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº 8662/93).....	73
3.4 Diretrizes Curriculares .....	75

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE - Questionário Referente Ao Perfil do Assistente Social</b>	
<b>em Santa Catarina .....</b>	<b>88</b>



## INTRODUÇÃO

A década de 1990 é marcada por profundas alterações no mundo do trabalho que conseqüentemente afetam a relação entre Estado e Sociedade Civil. É possível assistir a um avanço tecnológico surpreendente, à supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo, à desregulamentação das relações de trabalho e, paralelamente, à redefinição do papel do Estado com a evidente retração no campo das políticas sociais. Nesse contexto de hegemonia do ideal neoliberal são processados os principais desafios ao profissional de Serviço Social, inscrito na divisão sócio-técnica do trabalho.

Nesse processo de profundas alterações societárias, busca-se, através deste trabalho, construir o perfil do assistente social catarinense na atualidade e, concomitantemente, dimensionar como esta categoria, por meio de seu projeto ético político, se configura no estado.

A construção do perfil do profissional de Serviço Social tem o objetivo de conhecer quem é este profissional enquanto categoria, identificando as principais características do assistente social do estado. Dessa forma, são levantadas questões referentes aos seus espaços sócio-institucionais, ao seu nível de capacitação profissional e conhecimento do aparato normativo da profissão. Tal enfoque leva em consideração a indissociabilidade entre a profissão e o complexo processo de alterações no mundo do trabalho.

Para tanto, o estudo conta com um momento empírico materializado por meio de pesquisa social, seguida da análise dos resultados coletados, ocasião em que lança mão de categorias que permitirão desenvolver um processo analítico de discussão.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso volta-se para a fotografia da categoria profissional, partindo da construção do perfil do assistente social em Santa Catarina, considerando as mediações que envolvem seu peculiar processo de trabalho. A pesquisa sobre o perfil do assistente social foi desenvolvida no Conselho Regional de Serviço Social da 12<sup>a</sup> Região, no período de estágio obrigatório curricular.

Para a realização de tal investigação, utilizou-se o universo de 2.226 profissionais inscritos no CRESS da 12<sup>a</sup> Região de Santa Catarina até 1<sup>o</sup> de junho de 2004. O mapeamento da população pesquisada foi feito através do sistema de informação do CRESS, o SISCAFW<sup>1</sup>.

No cálculo da amostragem chegou-se ao contingente de 13% dos profissionais do estado, ou seja, 299 assistentes sociais que participaram da pesquisa, obedecendo a uma margem de 6% de erro, conforme sugere Gil (2002) em seu livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*.

Para a coleta dos dados, adotou-se um questionário com questões semi-abertas, considerando ser este o instrumento mais adequado à proposta desta pesquisa. Para a seleção dos profissionais pesquisados, foi utilizada a técnica de escolha aleatória simples, sendo a aplicação feita da seguinte forma: no interior do estado, a aplicação do instrumento investigativo foi operacionalizada por meio dos núcleos<sup>2</sup>, associações e grupos de profissionais (aplicado pelos respectivos representantes); para a região da Grande Florianópolis, foram enviados 120 questionários por correio, com retorno de 10% destes. O questionário também foi disponibilizado em versão *on-line* no *site* do CRESS/SC. Neste

---

<sup>1</sup> O Siscafww efetua o controle cadastral dos profissionais inscritos no CRESS, informando dados diversos de ordem pessoal, relativos à formação profissional, a atividades profissionais e outros. Tal sistema de informações foi utilizado na pesquisa com contribuição de dados quantitativos que permitiram mensurar dados estatísticos referentes ao universo pesquisado.

<sup>2</sup> O CRESS/SC possui uma estrutura descentralizada materializada pelos núcleos, grupos e associações de profissionais. Estão distribuídos no estado 18 núcleos de profissionais. Observa-se que alguns se encontram mais ativos que outros, no entanto seus representantes são pontes de informação fundamentais entre o CRESS e o interior do estado.

último caso, tomou-se o cuidado de pedir o número de registro do profissional, a fim de respeitar o universo pesquisado.

Para a abordagem dos dados apresentados, adotou-se categorias de análises que nortearão a discussão aqui exposta. Tenta-se dessa forma, problematizar quem é o assistente social como categoria profissional. Ademais, busca-se como pontos de reflexão a dimensão histórica da profissão, as condições em que este profissional se inscreve no mundo do trabalho e o seu projeto ético-político. No trato de tais abordagens, sirvo-me de autores que se debruçam sobre a profissão, contribuindo para o seu permanente desenvolvimento teórico em um processo de constante superação. Nessa medida, como expoente do pensamento crítico no campo do Serviço Social, estabeleceu-se uma articulação privilegiada com as reflexões de Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Vera Lucia Barroco, Maria Lúcia Martinelli, Ivete Simionato, Ana Elizabete Mota, entre outros.

A relevância de tal abordagem está consubstanciada na experiência adquirida no período de Estágio Curricular Obrigatório, realizado no Conselho Regional de Serviço Social, sobretudo no acompanhamento do exercício profissional. Tal intervenção possibilitou a aproximação com a categoria, bem como com o seu peculiar processo de trabalho, constituindo-se num momento ímpar de apreensão das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, que se revelaram bastante significativas como temática de pesquisa para a monografia de final de curso.

O presente estudo permitirá, assim, fazer um retrato da profissão em Santa Catarina, contribuindo para o seu autoconhecimento, sinalizando tendências no atual cenário de reestruturação produtiva no intenso processo de alterações no mercado de trabalho. Além disso, tem intuito de contribuir para o conhecimento do universo profissional do assistente social, colaborando também para a autopercepção da categoria na conjuntura atual.

O trabalho está dividido em três blocos analíticos. No primeiro capítulo, é realizado um breve resgate histórico da profissão, seguido da configuração do cenário atual. No segundo, são apresentados dados empíricos, que delineiam o perfil da categoria, desenhando suas principais características e os determinantes que perpassam pelo agir profissional. O terceiro capítulo traz uma abordagem sobre o projeto ético-político profissional consubstanciado no aparato normativo da profissão e os desafios postos ao assistente social em um momento de complexas modificações.

Cabe ressaltar, porém, que o trabalho aqui apresentado está aberto a outras possibilidades de análise e de reflexão em estudos e pesquisas posteriores. Tal esboço pretende apenas levantar elementos que possam servir de incremento à categoria em um período de profundos questionamentos.

## **1 RESGATE HISTÓRICO DA PROFISSÃO E AS NOVAS DETERMINAÇÕES SOCIETÁRIAS**

### **1.1 Resgate histórico do Serviço Social**

Entender o significado dessa profissão, na sociedade atual, requer recuperar sua trajetória no limiar da história. Assim, é possível retomar a historiografia profissional, na tentativa de buscar elementos do passado que permitam compreender o presente.

O Serviço Social se consolida como profissão no final do século XIX e início do século XX em um cenário de intensas alterações no modo de produção capitalista. A nova modalidade de acumulação fordista de produção fabril e a lógica taylorista de organização do trabalho correspondem a uma fase do modelo de produção do século XX que se caracteriza fundamentalmente pela produção em série e em larga escala (ANTUNES, 1996). Os padrões disciplinares adotados neste modelo de acumulação requerem a formação de novos técnicos, o que impulsiona a profissionalização do assistente social.

Nesse contexto, o assistente social atua no controle social mediante o agravamento das questões sociais. As primeiras escolas de Serviço Social são fundadas nos Estados Unidos e na Europa com hegemonia do pensamento católico humanista e fundamentado na filosofia neotomista<sup>3</sup>. A vertente norte-americana segue uma linha psicanalítica, enquanto a orientação europeia adota uma abordagem mais sociológica. Com

---

<sup>3</sup> O Neotomismo corresponde a uma corrente doutrinária que tinha como representante principal Jacques Maritain, filósofo francês (1882-1973), caracterizada sobretudo pela tentativa de abordar a problemática filosófica contemporânea sob a perspectiva tomística. O tomismo é uma doutrina escolástica de São Tomás de Aquino, teólogo italiano (1225 -1274), adotada oficialmente pela igreja católica, que se caracteriza pela tentativa de conciliar o aristotelismo com o cristianismo.

uma orientação conservadora<sup>4</sup>, a profissão, nesse momento histórico, preocupa-se com a readaptação do trabalhador ao novo modelo de produção. O profissional desempenha, nessa ocasião, uma função pedagógica conservadora, de acordo com os interesses da burguesia industrial (ABREU, 2003).

O Serviço Social norte-americano, sob uma orientação positivista<sup>5</sup>, inaugura a primeira matriz teórica com Mary Richimand, em 1917, caracterizada pelo método de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

No início do século XX, o modelo de acumulação brasileiro sofre uma densa alteração, passando de uma fase de atividades agrárias e de exportação para o desenvolvimento de um pólo industrial. Com o adensamento do novo modelo de acumulação consubstanciado no processo de industrialização e urbanização e diante de precárias condições de trabalho, emergem, nas duas primeiras décadas do século XX, mobilizações da classe operária na luta por sobrevivência e condições dignas de trabalho.

Diante da pressão dos trabalhadores, o Estado busca aliança com a Igreja como tática de controle social. Quanto à ação do Estado na defesa da hegemonia burguesa, Martinelli (2003) corrobora:

Como estratégia para baixar a tensão reinante entre os trabalhadores, trouxe para si próprio a responsabilidade de cuidar da reprodução da força de trabalho. Para tanto, buscou o fortalecimento de suas alianças com a Igreja e setores mais abastados da burguesia, com os quais dividiu tarefa de circunscrever a hegemonia do poder ao restrito âmbito da classe dominante (MARTINELLI, 2003, p. 122).

---

<sup>4</sup> “O conservadorismo valoriza o passado, a tradição, a autoridade fundada na hierarquia e na ordem. Com isso nega a razão, a democracia, a liberdade, a tecnologia, o divórcio, a emancipação da mulher, enfim todas as conquistas da época moderna” (BARROCO, 2003 p. 81).

<sup>5</sup> “O pensamento positivista comteano explica e justifica ideologicamente a ordem social burguesa e uma de suas peculiaridades reside em seu tratamento moral dos conflitos e contradições sociais. Seu conservadorismo, expresso em sua defesa da ordem e da autoridade, aliado à idéia de uma ordem social naturalmente harmônica, possibilita que as lutas sociais sejam vistas como desordem que a educação moral pode superar. A articulação entre a harmonia social e a ação moral tem como fundamento a valorização do altruísmo e da persuasão em busca da coesão social” (Idem, p. 77).

A Igreja, por meio dos movimentos leigos, passa a atuar junto ao operariado com o intuito de ampliar sua influência no interior do aparato do Estado. Como afirmam Iamamoto e Carvalho (1991, p. 160) “o governo multiplicará suas demonstrações de receptividade e boas intenções para com a Igreja, acenando-lhe demonstrações com a volta de antigos privilégios e o acréscimo de outros tantos”. Através da Ação Católica e tendo como influência as Encíclicas Sociais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*<sup>6</sup>, a Igreja tenta explicar e dar respostas aos problemas sociais brasileiros.

Na tentativa de qualificar os agentes sociais para o trato das questões sociais, setores da Igreja e da burguesia paulista fundam o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) com finalidade de capacitação de seus membros a partir da doutrina social católica, baseado no conhecimento das questões sociais que abalavam o país naquele momento (IAMAMOTO e CARVALHO, 1991). O primeiro curso realizado pelo CEAS foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. As alunas desse curso eram fundamentalmente moças católicas, pertencentes à burguesia paulista, que desempenhavam alguma atividade assistencial ou de militância junto à Igreja.

A vinculação desses agentes a atividades assistenciais perpassa fundamentalmente pela imagem hegemônica atribuída à mulher na sociedade brasileira em um dado momento histórico. Essa imagem evidencia sua estreita relação com atividades de caráter educativas e caritativas. Como sustentam Iamamoto e Carvalho (1991),

Aceitando a idealização de sua classe a vocação natural da mulher para tarefas educativas e caridosas essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever com as suas convicções e suas responsabilidades (IAMAMOTO e CARVALHO, 1991, p. 176).

---

<sup>6</sup> As encíclicas papais *Rerum Novarum*, no fim do século XIX, e a *Quadragesimo Anno*, em 1931, constituíram tratados de justiça social, inspirando a ação de elites da sociedade de vários países (VIEIRA, 1977).

Com a formação especializada realizada pelos CEAS, os agentes sociais passam a intervir diretamente junto ao proletariado, difundindo a doutrina social da Igreja vinculada à ideologia da classe dominante.

A década de 1930 é assinalada com o crescente desenvolvimento de um modelo de acumulação de base industrial associado ao processo de intensa migração para os centros urbanos do país. O Estado Novo busca sua legitimação através da criação de instituições assistenciais, na tentativa de minimizar os problemas sociais mais emergentes advindos da nova fase de acumulação.

Em 1936, é fundada a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, onde a demanda é inicialmente composta por mulheres de famílias abastadas da burguesia atrelada à ação católica. Como ressalta Barroco (2003),

A origem social das mulheres que ingressam nas primeiras escolas de Serviço Social vinculam-se ao pensamento católico e as classes dominantes; como mulheres e católicas, são influenciadas pelos padrões da moral conservadora. As determinações postas por essa origem social e de gênero influem na formação de um perfil potencialmente adequado a atividades educativas, de cunho moralizador (BARROCO, 2003, p. 76).

O governo passa a cultivar uma nova demanda à Escola de Serviço Social na medida em que impulsiona a formação técnica especializada de agentes para atuação nas instituições assistenciais. Como apontam Iamamoto e Carvalho (1991), no que tange à institucionalização do Serviço Social,

[..] a demanda por essa *formação técnica especializada* crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão, legitimada dentro da divisão socio-técnica do trabalho (IAMAMOTO e CARVALHO, 1991, p. 178, grifo das autoras).

Nos marcos do início da década de 1940, com agravamento das questões sociais e com a proliferação de instituições assistenciais estatais, paraestatais, autárquicas e privadas, o profissional de Serviço Social se inscreve na divisão sócio-técnica do trabalho, agregando um valor mercantil à sua força de trabalho, assinalando seu caráter assalariado.



O surgimento dessas instituições, como o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938, a Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>7</sup> e o Serviço Social de Aprendizagem (SENAI), ambos em 1942, o Serviço Social da Indústria (SESI) e a Fundação Leão XIII, em 1946, representam a ampliação do mercado de trabalho do assistente social. Iamamoto (1997, p. 31) sustenta que “em suma o Serviço Social deixa de ser um instrumento de caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política do Estado e de setores empresariais”.

O Serviço Social se institucionaliza substituindo sua ação de natureza eminentemente caridosa para uma atividade mais burocratizada, no contexto de um processo desenvolvimentista pós-guerra, marcado pela industrialização e urbanização, e com o agravamento das questões sociais consubstanciado pelo aprofundamento das desigualdades sociais.

A atuação do assistente social aparece intimamente relacionada às políticas sociais do Estado Liberal por meio das instituições assistenciais. Sua intervenção é caracterizada pela “individualização” do sujeito e por seu conteúdo moralizador e doutrinário, ignorando os processos históricos e de relações antagônicas entre as classes. Dessa forma, o profissional atuava a partir de bases conservadoras revelando uma visão de mundo calcada em princípios ideológicos burgueses. Como assinala Iamamoto (1997),

Desconhecendo o caráter dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento sócio-educativo da *clientela*, tratamento esse de cunho doutrinário e moralizador, amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais (IAMAMOTO, 1997, p. 20, grifo da autora).

---

<sup>7</sup> Iamamoto (1991) aponta a importância da LBA na contribuição significativamente que deu para a consolidação da profissão. “[...] a Legião Brasileira de Assistência Social será de grande importância para a implementação e institucionalização do Serviço Social, contribuindo para a organização e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nesta os princípios do Serviço Social, e a consolidação e expansão do ensino especializado de Serviço Social e do número de trabalhadores sociais” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1991, p. 259).

Assim, como ressalta Abreu (2002), a função pedagógica do assistente social no marco de sua institucionalização é profundamente caracterizada pela dimensão individual na perspectiva de uma reforma moral e de reintegração social. Tal perspectiva de intervenção advém principalmente da orientação de “ajuda” psicossocial individualizada, associada aos princípios neotomistas e ao ideário das classes dominantes.

Martinelli (2003) assinala o papel desse profissional nos marcos da década de 1930 e 1940, conferindo-o uma identidade condizente com os princípios ideológicos burgueses, sendo esse papel funcional ao controle sobre as classes subalternas.

Enfim a identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava a produção de uma prática que se expressa fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia de garantir a expansão do capital (MARTINELLI, 2003, p. 124).

No final da década de 1950 e início da década de 1960, assiste-se a uma crise do padrão de acumulação capitalista assinalado pelo modelo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Esse modelo era caracterizado pela internacionalização da economia e pela secundarização das políticas sociais em detrimento ao fortalecimento do setor privado e do capital internacional. Numa perspectiva imperialista, organismos internacionais divulgam o método de Desenvolvimento de Comunidade (DC)<sup>8</sup> como forma de integrar a população nos planos de desenvolvimentos nacionais. Com a política desenvolvimentista, a profissão desenvolve a prática do DC, sob influência norte-americana, com a idéia de participação popular em programas do governo com eixo na “integração” e “promoção social” como forma de eliminar a resistência popular às inovações trazidas pelo modelo desenvolvimentista.

---

<sup>8</sup> Na década de 1950 a Organização das Nações Unidas e outros organismos nacionais sistematizam e divulgam o Desenvolvimento de Comunidade como uma estratégia de integrar a população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento. Sustenta-se nos pressupostos de uma sociedade harmônica e equilibrada vendo a comunidade como unidade consensual, cujo objetivo seria a união entre população e governo para se chegar ao desenvolvimento mediante a mudança cultural controladora. (SILVA e SILVA, 1995).

Com o modelo desenvolvimentista em crise e a retração do movimento leigo, setores da categoria profissional questionam o Serviço Social dito “tradicional” e se vinculam ao processo de lutas a partir do interesse das classes trabalhadoras. Com a influência de movimentos, como a Revolução Cubana (1959)<sup>9</sup>, um grupo de assistentes sociais inicia o processo de reflexão crítica sobre a profissão na direção de um modelo alternativo vinculado aos interesses das classes subalternas. Verifica-se nesse processo o contato do Serviço Social com fundamentos marxistas principalmente através da Teologia da Libertação, movimento que tinha como referência as lutas sociais e os movimentos revolucionários, onde as Comunidades Eclesiásticas de Base constituíam-se em canais de politização das relações sociais.

Com a entrada de João Goulart no poder, há a promoção de uma política “populista” contrapondo-se com a implantação de um padrão desenvolvimentista baseado na economia nacional. Nesse momento, o Serviço Social substitui a doutrina católica pelas correntes psicanalíticas e sociológicas, caracterizadas pelo positivismo e pelo funcionalismo, adotando o método de Caso, Grupo e Comunidade. Sua intervenção, no entanto, ainda permanece baseada em princípios humanistas e morais de ajustamento social (ABREU, 2002).

Com a crescente mobilização de diferentes setores da classe trabalhadora, vários setores da burguesia uniram-se aos militares para controlar as manifestações populares, instalando-se então o Golpe de Estado de 1964. No período do regime militar as políticas sociais constituíam mecanismos de legitimação do regime. O Serviço Social avança com as novas demandas que impulsionam funções e competências profissionais.

---

<sup>9</sup> Com vitória da Revolução Cubana (1959), é empreendido pelos países desenvolvidos o combate ao movimento comunista na América Latina.

O período entre 1968 e 1974 é assinalado pela repressão dos setores organizados da sociedade. O país vive nesse momento um considerado crescimento econômico conhecido como “milagre econômico”<sup>10</sup>.

Com a crise do regime militar e a abertura política brasileira, há uma nova perspectiva profissional, agora voltada para o interesse das bases da sociedade.

Entre os anos de 1960 e 1970 surgem experiências com tendência ao rompimento do projeto ético-profissional “tradicional”. As universidades constituem espaços férteis para o rompimento do Serviço Social conservador, principalmente através de atividades de ensino, pesquisa e extensão direcionados aos interesses das classes subalternas.

Nesse momento, reaparece no cenário político a classe trabalhadora e, concomitantemente, aprofunda-se a crise econômica no país, consubstanciada com altos índices inflacionários, com a elevação da dívida externa e com agravamento das condições de vida da população, fenômenos que apontam para o colapso do Estado e marcam o fim da ditadura militar.

Diante da conjuntura política, econômica e social do país no final da década de 1970, surgem novas demandas ao Serviço Social estimuladas pelo protagonismo dos movimentos sociais populares, fato este que favorece um debate crítico sobre a prática profissional no sentido de desmistificação da neutralidade do assistente social no campo das relações entre as classes.

Como assinala Martinelli (2003), os grupos mais críticos da categoria profissional haviam conseguido superar a alienação, na medida em que buscavam a compreensão crítica da profissão e o seu significado no mundo capitalista.

para os agentes críticos inúmeros eram os questionamentos que se colocavam quanto à legitimidade de uma prática que aprisionada pela

---

<sup>10</sup> Segundo Singer (1980, p. 61) o “milagre econômico” só foi possível através da repressão das tensões sociais estabelecendo medidas importantes nas relações de trabalho. Destacando-se a política de arrocho salarial e a substituição da estabilidade do emprego pelo Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS, sendo abolido o direito de greve (SINGER, 1980 apud SILVA e SILVA, 1995).

tecnoburacracia, deixava de pulsar com o movimento social histórico, esvaziando politicamente e perdendo a possibilidade de responder aos desafios colocados pela realidade (MARTINELLI, 2003, p. 143).

Assim, esses agentes impulsionaram o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, que surge a partir da década de 1960, questionando o Serviço Social Tradicional e seus fundamentos teórico-metodológicos. O movimento de renovação do Serviço Social se dá em uma conjuntura onde os países da América Latina vivem um momento de crise e de dependência econômica em relação ao imperialismo norte-americano (SILVA E SILVA, 1995). Como sinaliza Carvalho (1986),

[...] a reconceituação não se configura como um bloco monolítico de idéias e posições, mas pelo contrário, é um movimento que coexiste tendências e correntes nem sempre possíveis de conciliar entre si [...] Verifica-se uma unidade difusa, fundada em um denominador comum: à denúncia da inadequação e inoperância do Serviço Social tradicional frente à realidade Latina Americana e o reconhecimento de uma redefinição profissional (CARVALHO, 1986, p. 12 apud SILVA E SILVA, 1995).

O movimento de ruptura do Serviço Social Tradicional sinaliza a necessidade de se construir alternativas de ação com base na perspectiva de interesses das classes populares, o que leva a um questionamento sobre as bases teórico-metodológicas da profissão. O redirecionamento do Serviço Social supõe uma nova opção político-ideológica, comprometendo-se, agora, com a classe popular, negando a neutralidade da profissão, dando um caráter político ao Serviço Social, inserindo-o no contexto da correlação de forças sociais antagônicas. De acordo com Silva e Silva (1995),

O referido movimento, ao preconizar, de forma explícita a necessidade de assumir a dimensão político-ideológica da profissão, desmistifica a suposta neutralidade assumida pelo assistente social e evidencia a inserção do profissional no contexto das forças sociais antagônicas, o que passa a indicar a possibilidade do estabelecimento de vínculos de profissionais com uma classe social determinada a partir de uma opção voluntária e consciente (SILVA E SILVA, 1995, p. 96).

Como experiência mais emblemática, pode-se recordar que, em meados da década de 1970, a Escola de Serviço Social de Belo Horizonte desenvolve uma proposta alternativa ao Serviço Social tradicional direcionando-o aos interesses das classes

subalternas. Tal iniciativa ficou conhecida como Método BH, considerado um marco no processo de ruptura da profissão.

Em 1979 publica-se a revista *Debates Sociais* e a *Revista Serviço Social & Sociedade*, consistindo em espaço de divulgação do pensamento da categoria. Concomitantemente, há um avanço da Pós-graduação em Serviço Social, permitindo o debate mais fecundo sobre a profissão.

Nos anos 1980, o movimento de reconceitualização encontra terrenos férteis a partir de acontecimentos que marcam o giro político da profissão. Intensifica-se a dimensão organizativa da profissão, subsidiando o desenvolvimento do Projeto Profissional de Ruptura com a criação de associações e sindicatos de profissionais em todo país. A obra de Yamamoto e Cavalho (1982) tem uma importante influência no processo de redefinição do Serviço Social na medida em que aproxima a literatura profissional à corrente marxista no contexto das relações sociais.

No III Congresso Brasileiro de Serviço Social realizado em São Paulo (1979), é apontada a emergência de um novo projeto profissional, agora vinculado aos interesses das classes subalternas. Assim, parte significativa da categoria profissional passa a construir seu processo de atualização, marcado principalmente por um novo tipo de vínculo com os usuários, configurando-se o que pode se denominar de intelectual orgânico<sup>11</sup>, comprometido com um projeto societário alternativo. Como observa Yamamoto (2002),

O Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas redimensionou-se e renovou-se no âmbito de sua interpretação teórico-metodológica e política, num forte embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a academicamente [...] (IAMAMOTO, 2002, p. 20).

---

<sup>11</sup> “O conceito de intelectual orgânico implica as relações dos grupos intelectuais com as classes fundamentais e a explicação de suas funções técnicas. A concepção de organicidade é inerente à formação mesma das competências e funções que desenvolvem no interior do modo de produção capitalista, inclusive o encaminhamento de lutas à classe que está vinculado. (...) O caráter orgânico depende de sua relação com a classe a que pertence, bem como o lugar ocupado por ele nas organizações da sociedade econômica, política e civil” (SIMIONATTO, 1995, p. 58).

Como apontam Silva e Silva (1995), o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil não é linear nem hegemônico, trata-se de um processo marcado por confrontos com as forças conservadoras e reacionárias existentes no próprio interior da categoria e da sociedade brasileira. No tocante a tal tema, José Paulo Netto (1999) leva à discussão a questão do pluralismo no interior da categoria, entendendo ser esta uma “unidade não-unitária” sobretudo, porque nela estão elementos diversos, projetos individuais e societários diferentes, originando um campo de tensão e de luta. Nesse sentido, no cerne desse espaço existem divergências e contradições que requerem a clara consciência do pluralismo como elemento factual.

Após a Segunda Guerra Mundial, o fortalecimento do Japão e da Alemanha como novas potências do cenário mundial associado ao desmonte do Leste Europeu na década de 1980 são sustentáculos de profundas alterações nas relações de poder no mundo. Nesses marcos, há o estabelecimento de novos mercados, acirrando-se a competitividade entre nações. Esse contexto subsidia a origem de um novo padrão de acumulação, caracterizado pela flexibilização no processo de trabalho. Segundo Harvey (1993),

o padrão fordista-keynesiano, é substituído por novas formas de organização do trabalho. Nasce assim, o regime de acumulação flexível que possibilita a mobilidade dos pólos produtivos, a produção descentralizada, as redes supra-nacionais de trabalho. É nesse processo que surgem os super-blocos econômicos, ou seja, a globalização da economia como nova estratégia do capital [...] (HARVEY, 1993 apud SIMIONATTO, 1998, p. 16).

Dessa forma, emerge uma nova fase de acumulação capitalista chamada por muitos autores de toyotismo, caracterizada pela flexibilização do processo de trabalho.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o Serviço Social se apresenta no Brasil como uma profissão relativamente consolidada. Concretiza seu plano

ideopolítico rompendo com o histórico conservadorismo<sup>12</sup> do Serviço Social tradicional. Com um currículo mínimo nacional no nível superior, reconhecido pelas agências de produção científica, rompe com o conservadorismo construindo um projeto profissional comprometido com as classes populares, o que é materializado no Novo Código de Ética de 1986 (NETTO, 1996).

Com a aprovação da Carta Constitucional Brasileira, no final dos anos 1980, que contou com protagonistas de vários segmentos organizados da sociedade, incorporam-se novas dimensões de direitos garantidos pelo Estado, principalmente no que diz respeito à participação política da população, no que se refere ao campo da Seguridade Social, o que amplia consideravelmente a demanda e os espaços ocupacionais do assistente social.

A Seguridade Social foi incluída na Constituição Federal de 1988 com um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Segundo Nogueira (2001), a Seguridade tem uma longa trajetória na sociedade brasileira. Até os anos 1960 tem um caráter fragmentado, restrito e excludente, beneficiando apenas grupos sociais com maior capacidade de organização. Nas décadas de 1960 e 1970, no interior do regime ditatorial, a Seguridade Social é marcada por uma visão autoritária e burocrática, onde a União detém a tomada de decisão quanto à sua implementação e gestão, tornando-se um sistema inchado, injusto e financeiramente inviável. Na década de 1980, o sistema de seguridade é sublinhando com uma forte crise financeira e administrativa, dando início à discussão sobre sua reformulação. No final dessa década, a seguridade social adquire *status* constitucional.

Com a reforma neoliberal do Estado e a estabilização econômica, a política de Seguridade Social chega ao século XXI em situação de tensão e crise necessitando de forte

---

<sup>12</sup> Como assinala Netto (1996), essa ruptura não significa que o conservadorismo no interior da profissão foi inteiramente superada.



atualização em consonância com as novas configurações societárias. Assim, como salienta Nogueira (2001), a Seguridade Social brasileira

necessita de uma forte atualização, algo que faça entrar em sintonia com a nova sociedade e o novo Estado nascido da democratização, da modernidade capitalista do país, das opções governamentais destes últimos anos. Mas necessita, também, de uma recuperação plena de seus vínculos com a “velha” sociedade: grupos que permanecem fora de tudo, ao longo da história [...] (NOGUEIRA, 2001, p. 19).

Como afirma Mota (1995), a sociedade brasileira experimenta um incontestável processo de democratização política superando o período de regime ditatorial, mas também viveu uma profunda crise econômica que persiste até o atual momento. Tal crise vem sendo enfrentada com um discurso da retomada do crescimento econômico, da inserção do país na economia internacional e da necessidade de redefinição do papel do Estado.

As décadas de 1980 e 1990 são assinaladas pela hegemonia neoliberal apoiada no fenômeno da globalização, marcada, entre outros fatores, pela flexibilização do trabalho, por diretrizes impostas por organismos internacionais, pela anulação das fronteiras nacionais, pela supremacia do capital financeiro, pelo acelerado avanço tecnológico e pelo avanço nos meios de comunicação. Fenômenos que vêm provocando profundas mudanças nas relações entre Estado, Sociedade Civil e mercado, alterando consubstancialmente as relações de trabalho.

A retração do Estado no que diz respeito a respostas a demandas sociais, associada à nova fase de acumulação, caracterizada pela flexibilização do mercado e dos processos de trabalho, afetam direta e indiretamente as condições de trabalho do assistente social.

## 1.2 Contextualização do Cenário Atual

O início do século XXI é marcado por intensas alterações no mundo do trabalho, antigas e novas questões pertinentes a esse universo se misturam, configurando um complexo quadro no campo das relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.

A reestruturação do modelo de acumulação afeta não só as forças de produção, mas atinge categoricamente o campo das relações sociais. Como salienta Mota (2000), “essas novas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e na reprodução social” (MOTA, 2000, p. 29).

Com o deslocamento do capitalismo fordista-keynesiano, caracterizado pela rigidez no processo de trabalho, para um modelo de acumulação flexível (delineado com a revolução tecnológica com base na microeletrônica, na robótica e na informatização, associado ao investimento no capital especulativo), redesenham-se substancialmente os processos de produção e reprodução do trabalho. Paralela e intrinsecamente conexa a essa dinâmica verifica-se a paradoxal redução da ação reguladora do Estado.

Como ressalta Netto (1996), o capitalismo tardio redimensiona radicalmente o “mundo do trabalho”. O cenário que se apresenta calcado em inovações comerciais, nos ciclos de qualidade total, nas novas práticas gerenciais e administrativas, no fenômeno da terceirização, traz como seqüelas a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho e o nefasto enxugamento de pessoal. Evidencia-se uma nova relação entre excluído/incluído do mercado de trabalho formal, agravadas com o aparecimento de novas modalidades de contratação. Há a exigência de supertrabalhadores com alto grau de qualificação, sendo este requisitado pelo critério de polivalência.

No trato das questões ligadas ao mundo do trabalho, a nova fase de acumulação fundada na flexibilização resulta na desregulamentação dos direitos trabalhistas evidenciada pela redução dos gastos com encargos salariais. Como assinala Antunes (1996),

Há um processo de subproletarização ou de precarização do trabalho que, ao mesmo tempo em que definham o operariado estável, aumenta essa gama de trabalhadores precários, parciais e temporários, que decorrem da flexibilização, da terceirização criando um processo de subproletarização intensificada [...] (ANTUNES, 1996, p. 83).

Esse processo de precarização do trabalho, aliado a um universo de trabalhadores à margem do mercado de trabalho formal, sem qualquer tipo de proteção social, dá sustentação ao aprofundamento das desigualdades sociais acarretando no surgimento de novas expressões da questão social.

As relações entre mercado, Estado e Sociedade Civil são reduzidas a ajustes econômicos e reformas institucionais (MOTA, 2002). No campo da sociedade civil surgem novos agentes coletivos ao mesmo tempo em que se fragilizam representações e expressões tradicionais, como sindicatos e partidos políticos.

Em relação ao Estado verifica-se a diminuição de sua ação reguladora, claramente evidenciado com os cortes de gastos públicos, principalmente no tocante às políticas públicas sociais. A “satanização do Estado”, como afirma Netto (1996), é reflexo da política privatista própria do projeto neoliberal. Verifica-se a situação de países periféricos como o Brasil, com um Estado subserviente ao capital estrangeiro. Esses países periféricos seguem a cartilha de organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, aliás, com evidente influência norte-americana, acarretando em ajustes fiscais e gerando as famosas recessões econômicas, diminuindo sensivelmente o poder de decisão dos governos sobre as próprias nações. Assim, como salienta Abreu (2002), esse novo processo de racionalização produtivo, vassalo às exigências de organismos internacionais,

viabiliza uma reinserção subalterna do país aos padrões de competitividades do mercado mundial em detrimento às necessidades e interesses nacionais.

Concomitantemente, conservam-se nesse cenário práticas peculiares à sociedade brasileira que resistem historicamente. Práticas tradicionais e conservadoras, como a “política do favor” e do “clientelismo”, que dilapidam a possibilidade de construção da cidadania e o fortalecimento de uma cultura política, comprometendo a segurança do espaço público. Como assinala Chauí (1995), “uma sociedade marcada pelo coronelismo, pelos populismos, por formas políticas de apropriação da esfera pública em função de interesses particularistas de grupos poderosos” (CHAUÍ, 1995 apud IAMAMOTO, 2003, p. 36).

Essas práticas, associadas à submissão do Estado ao capital internacional, se misturam a novas formas de acumulação, pautadas na flexibilização, na competitividade. Segundo Iamamoto,

o discurso neoliberal tem uma espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado da sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública, a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado (IAMAMOTO, 2003, p. 37).

Em relação à redefinição da ação governamental, verifica-se que a partir da década de 1990 intensifica-se a revisão do papel do Estado no cenário brasileiro. Surge então a proposta de Reforma do Estado que, como sustentam Souza e Carvalho (1999), se divide em dois estágios. O primeiro deles é marcado pela abertura de mercado, desregulamentação e privatizações. Tal estágio se caracteriza pela racionalização dos recursos públicos. Já em um segundo momento, redimensiona-se a capacidade

administrativa e institucional do Estado, com enfoque para a eficiência, eficácia, democratização e descentralização<sup>13</sup>.

A Reforma prevê a redefinição do papel estatal a partir do diagnóstico de sua crise. A agenda da Reforma inicia-se com Collor, passa por Itamar Franco com o Plano Real, mas é no governo de Fernando Henrique Cardoso que se dá formatação de tal processo, com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE. Como ressaltam Souza e Carvalho (1999), a Reforma prevê o fortalecimento das funções de regulação e coordenação do Estado, principalmente no nível federal. Essa iniciativa presume a reestruturação da administração pública com bases “modernas” e “racionais”, superando o modelo burocrático e assumindo um caráter gerencial orientado por princípios de eficácia e da qualidade para o controle dos resultados.

A proposta mais inovadora e complexa da Reforma refere-se ao princípio de descentralização, caracterizada pela transferência da execução de serviços sociais para os estados e municípios, desconsiderando seu poder de execução. Esse processo de descentralização se intensifica na década de 1990 através de iniciativas do governo federal. Segundo Sousa e Carvalho (1999),

Desde o início da década de 90 em decorrência principalmente do ajuste fiscal, o governo federal vem modificando o sistema brasileiro de políticas sociais e deixando sob a responsabilidade dos estados e municípios boa parte de ações na área de habitação, saúde, saneamento básico, educação e assistência social. Com a heterogeneidade inter e intra-regional do país e o nível de desigualdades existentes, porém, a descentralização fiscal e as novas disposições da Carta de 1988, associadas à retração da União, não asseguram que estados e municípios ampliem de modo espontâneo e eficiente suas responsabilidades sociais (SOUZA e CARVALHO, 1999, p. 201).

---

<sup>13</sup> Para Rovirsi-Monaco (1993) a descentralização implica a existência de níveis de decisão de forma autônoma pelos órgãos independente do centro. Para Uga (1991) a descentralização é entendida como um processo de distribuição de poder que pressupõe, por um lado, a redistribuição dos espaços de exercício de poder. Já a desconcentração pode ser entendida como delegação de competência sem deslocamento do poder decisório, como um processo de dispersão físico-territorial de instituições governamentais inicialmente localizadas de forma concentrada (STEIN, 1997).

Dessa forma, há uma considerável retração dos gastos públicos federais no que tange às políticas sociais, evidenciada com aumento do protagonismo principalmente dos municípios na implementação de serviços sociais, sem, contudo, haver transferência de recursos financeiros e de poder decisório para essas instâncias subnacionais.

De acordo com Stein (1997), a descentralização pode ser tanto intragovernamental, interna à estrutura do Estado, quanto intergovernamental, do aparelho do Estado para a sociedade, ou seja, de dentro para fora da estrutura do Estado. No tocante a este último processo, a sociedade civil passa a se responsabilizar por atividades que deveriam ser primazia estatal.

Portanto, no limiar da chamada “Terceira Revolução Industrial”, redireciona-se o papel do Estado no trato das políticas públicas. Verifica-se o crescimento do protagonismo da sociedade civil organizada, no sentido de responder as demandas sociais, o alargamento das ações municipais e a crescente mercantilização de serviços essenciais de diversas áreas, tal como saúde, educação, habitação, entre outras. Quanto ao papel do Estado, corrobora Simionatto (1998):

O que se observa na verdade, é a revisão do papel do Estado como prestador de serviços públicos diminuindo mecanismos de proteção social e estabelecendo parcerias entre público e privado na prestação de serviços sociais, o que significa a redução dos investimentos em políticas sociais. Desenvolve-se assim, a cultura do anti-Estado, do Estado Mínimo para trabalhadores e Estado Máximo para o Capital, transferindo para a sociedade civil as responsabilidades inerentes ao espaço estatal (SIMIONATTO, 1998, p. 29).

Dessa forma, a política neoliberal produz o corte nos gastos públicos sociais, a privatização de órgãos estatais, tendo com resultado um Estado Mínimo submetido a interesses econômicos, reduzindo suas ações a políticas públicas caracterizadas pelo teor focalista, pontual e fragmentado e restringindo o cidadão a mero consumidor. De acordo com Arcoverde (1999),

A proposta neoliberal ou pós-neoliberal de Estado Mínimo configura um fenômeno de privatização das políticas sociais na medida em que o governo transfere, mediante experiências descentralizadoras e de partilha de poder, responsabilidades para a sociedade civil solucionar ou amenizar os impactos da velha e nova questão social. (ARCOVERDE, 1999, p. 83).

Destarte, há a configuração de um quadro em que se acentuam as desigualdades sociais formatando dois universos distintos, mas inerentes um ao outro. De um lado, tem-se um mundo de tecnologias, oportunidades e possibilidades; de outro, um universo de situações em que a tecnologia e as possibilidades não chegam e a vida constitui-se em permanente luta por simples sobrevivência.

O capital flexível concretiza o crescimento das desigualdades sociais, fomenta os desequilíbrios ecológicos, o desrespeito às minorias, a uniformização da cultura e a fragilização da dimensão ideopolítica da população. Todo esse processo resulta no surgimento de novas expressões da questão social que se misturam às antigas (NETTO, 1996).

No tocante a todo esse processo de profundo dinamismo e mudanças, insere-se o profissional de Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho como profissional especializado, que atua na prestação de serviços sociais e tem como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social interferindo na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica dos indivíduos (IAMAMOTO, 2003).

Como já dito anteriormente, a atual fase do capital ocasiona mudanças na produção e reprodução das relações sociais. Essas mudanças, como menciona Mota (2000), causam a refuncionalização dos procedimentos operacionais refletindo em um rearranjo de competências técnicas e políticas, o que afeta diretamente o exercício profissional. Desse modo, o agir do assistente social é nivelado por uma complexa teia de fatores que perpassam pelo exercício do Serviço Social.

Nesse contexto de profundas alterações societárias buscou-se construir o perfil do assistente social catarinense na contemporaneidade e, concomitantemente, dimensionar como esta categoria, por meio de seu projeto ético-político, se configura no complexo cenário atual.



## **2 O PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL EM SANTA CATARINA**

As transformações que afetam o conjunto da sociedade têm determinado uma série de alterações na produção e reprodução do trabalho. Tais mudanças têm impactado diretamente no processo de trabalho do assistente social. Nesse sentido, é fundamental o aprofundamento dessa discussão no seio da profissão. Para tanto, torna-se imperativo considerar quais são as principais características do profissional de Serviço Social, como possuidor de conhecimento especializado, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Assim, procurou-se construir o perfil do assistente social catarinense na tentativa de compreender as mediações que perpassam pelo processo de trabalho desse profissional.

Com base na trajetória histórica da profissão e no quadro de substanciais modificações no mundo do trabalho, serão tecidas as análises dos dados a seguir apresentados.

### **2.1 Questão de Gênero e Serviço Social**

Para compreender os dados a seguir apresentados, que trazem como tema a questão de gênero no interior da categoria, é imprescindível buscar na trajetória sócio-histórica do Serviço Social elementos que permitam iluminar tal discussão. Sob essa perspectiva, faz-se necessário considerar a imagem social hegemônica da mulher, que lhe atribui funções de cunho “cuidador” e “educador”. O que se observa através dos dados

apresentados a seguir é que tal representação parece ainda permanecer contemporaneamente.

Os resultados apontados pela pesquisa ratificam a predominância do sexo feminino na categoria profissional. Dos profissionais pesquisados, 97% são do sexo feminino, enquanto apenas 3% são homens. O que se constata é que, apesar de consideráveis mudanças no que se refere a ocupações técnico-científicas, onde a mulher vem adentrando em áreas caracteristicamente masculinas, como Engenharia, Direito, Medicina, ocorre ainda permanência de guetos femininos no campo da Enfermagem, da Pedagogia, do Serviço Social, entre outros.

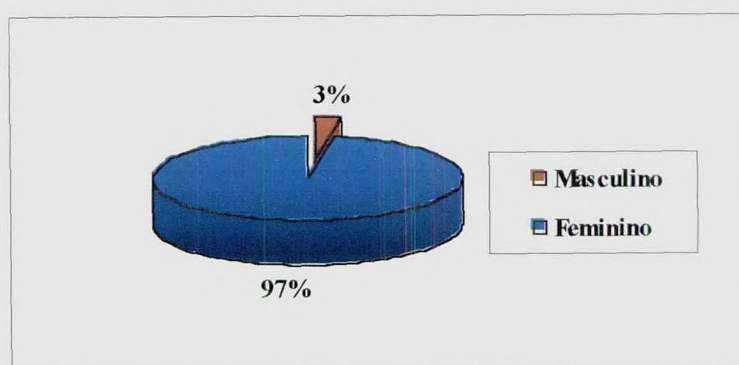


Gráfico 1: Questão de gênero e Serviço Social.  
Fonte primária (2004).

Retomando as bases históricas da profissão, verificamos que nos marcos da década de 1930, as mulheres da média burguesia paulista e carioca tinham uma vinculação muito fecunda com o movimento católico da época, desenvolvendo atividades assistenciais junto a este movimento. Com o processo de especialização de agentes para o trato das questões sociais e com a fundação das primeiras escolas de Serviço Social brasileiras, fomentadas pela Igreja, verifica-se que as mulheres compõem a principal demanda dessas escolas.

Como assinala Iamamoto (1997, p. 49), “para compreender esse perfil peculiar da profissão deve-se também considerar o fato de ser basicamente feminina, que incorpora o

peso da educação da mulher e da imagem da feminilidade construída socialmente pela cultura dominante”. A partir da ótica dominante, a imagem da mulher está atrelada aos atributos de serenidade, modéstia, gosto por servir, negação de si mesma. Com base em sua composição predominantemente feminina, a profissão tem uma imagem social que está estreitamente vinculada à função da mulher na sociedade. E que, de acordo com a visão dominante, carrega a marca da subalternidade. De acordo com Yamamoto (2003),

Trata-se de uma profissão atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes da mesma. Esse recorte de gênero explica em partes os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social acadêmico (YAMAMOTO, 2003, p. 64).

Assim, observa-se que a profissão é atravessada por questões de gênero. Como sustenta Lisboa (2003),

A perspectiva de gênero exige uma nova postura diante da concepção de mundo, aos valores e ao modo de vida, ou seja, põe em crise a legitimidade do mundo patriarcal. Esta perspectiva permite compreender que as relações de desigualdade e iniquidade entre gêneros são produtos da ordem social dominante que as múltiplas opressões de classe, raça, etnia, geração que se exercem sobre a mulher configurando uma superposição de domínio (LISBOA, 2003, p. 19).

É imperativa, portanto, a discussão sobre as questões de gênero no interior da categoria na medida em que tal expressão da questão social atinge tanto os assistentes sociais quanto os usuários de seus serviços. Deve-se, no entanto, considerar que, no interior das novas configurações societárias, evidenciadas nas últimas décadas, o protagonismo social da mulher tem sido marcante.

A luta pela emancipação da mulher na sociedade brasileira é expressa também na profissão. O aparecimento feminino no cenário político do país é assinalado por permanentes e cotidianas lutas pela valorização da mulher na sociedade. A elaboração da Lei Orgânica de Assistência Social, em que a categoria ofereceu uma considerável contribuição à sociedade brasileira, é exemplo evidente do protagonismo de muitas

mulheres assistentes sociais, que se fizeram sujeitos históricos na luta pela garantia e ampliação de direitos sociais.

## 2.2 Faixa Etária e Atividade Profissional

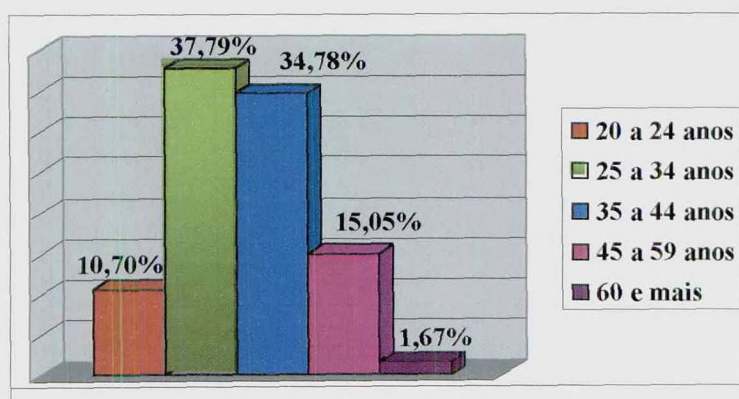


Gráfico 2: Faixa etária e atividade profissional.  
Fonte primária (2004).

O gráfico mostra que 37,7% dos assistentes sociais catarinenses estão entre a faixa etária de 25 a 34 anos, 34,7% possuem entre 35 a 44 anos, 15% dos profissionais têm entre 45 a 59 anos, enquanto 10,7% têm entre 20 a 24 anos. Apenas 1,6% dos profissionais pesquisados declararam estar na faixa etária de 60 anos ou mais. Dessa forma, pode-se considerar que a categoria profissional no estado é relativamente jovem.

Segundo dados do Censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatísticas (IBGE), cerca de 44,45% da População Economicamente Ativa (PEA) encontra-se na faixa etária de 25 a 49 anos. Os dados revelam que esta faixa etária parece ser a que caracteriza maior dinamismo em termos de atividade econômica. Tal indicativo aparece tanto no nível da população brasileira em geral como também se expressa no interior da profissão.

### 2.3 Orientação Religiosa

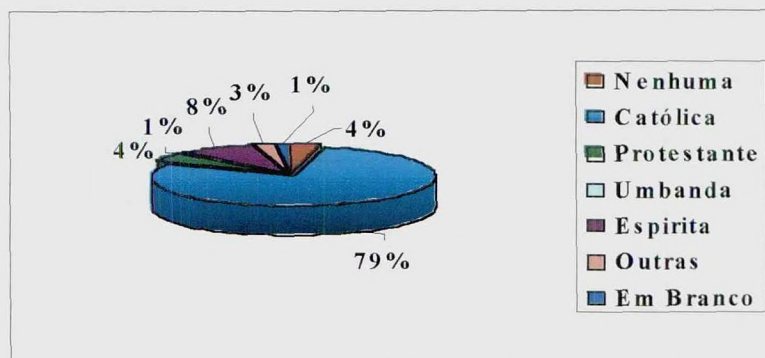


Gráfico 3: Orientação religiosa.

Fonte primária (2004).

No que se refere à orientação religiosa, verifica-se que 79% dos profissionais do estado declaram-se católicos, 8% dizem seguir a filosofia espírita, 4% afirmam ser protestantes, outros 4% declaram não ter orientação religiosa, apenas 1% declara-se umbandista e 3% seguem outras orientações religiosas.

O Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2000 revela que 73% da população brasileira é católica, 15% evangélica e 1,3% espírita, ao passo que 7% não possuem orientação religiosa. A comparação entre estes dados aponta a predominância da orientação religiosa não só no interior da categoria, mas sobretudo na sociedade brasileira em geral.

## 2.4 Orientação Sexual

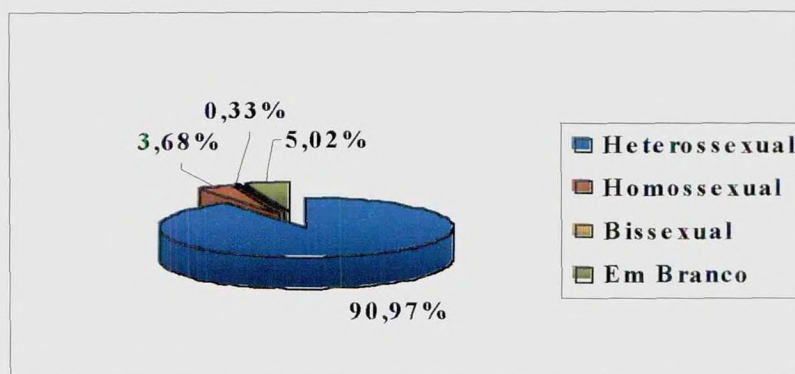


Gráfico 4: Orientação sexual.  
Fonte primária (2004).

No que tange à orientação sexual, 90,97% dizem ser heterossexuais, 3,68% declaram-se homossexuais, 0,33% respondeu ser bissexual, enquanto 5,02% não responderam a questão.

Embora essa característica diga respeito à dimensão privada de cada profissional, cabe registrar a importância do tema na conformação da identidade dos sujeitos.

Como afirma Fry (1985),

Negar a inevitabilidade da fronteira que separa os “homossexuais” dos “heterossexuais”, o que colocaria em questão a própria noção de identidade homossexual que, para muitas pessoas representa um modo de dar ordem às suas vidas, cheio de possibilidades de gratificações e muitas vezes “assumindo” a duras penas. O fato de haver um debate em torno destas questões e outras apenas confirma o argumento que coloca a homossexualidade como um fato social. E como tal, é palco das mesmas disputas, paradoxos, contradições e transformações que caracterizam a sociedade como um todo (FRY, 1985, p. 46).

Além do que, é significativo constatar que a declaração, ainda que anônima (das orientações homo e bissexuais) não deixa de ser um dado positivo no espaço de construção do perfil profissional, sobretudo por significar a possibilidade de afirmação de identidade, colocando a questão em debate e colaborando para o rompimento de preconceitos. No trato desse tema é inquietante o percentual de 5 % dos profissionais que não responderam tal

questionamento, esse considerável índice pode significar a necessidade de uma maior discussão no interior da categoria sobre esta questão.

## 2.5 Situação Conjugal

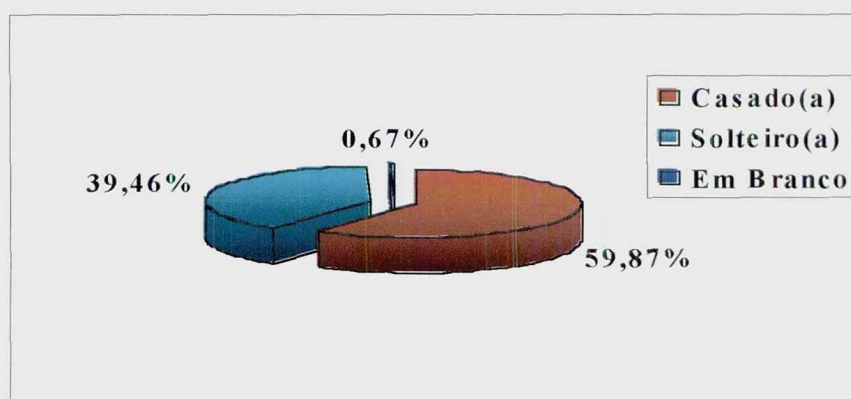


Gráfico 5: Situação conjugal<sup>14</sup>.  
Fonte primária (2004).

Em relação à situação conjugal de fato, 59,8 % dos profissionais responderam vivenciar situação marital, 39,4% declaram-se solteiros(as), ao passo que 0,67% dos assistentes sociais pesquisados não respondeu.

O resultado da pesquisa mostra que a maioria dos profissionais vivencia atualmente convivência marital. Esse dado é importante na construção do perfil profissional, na medida em que revela uma de suas características mesmo que no interior de seu universo privado.

<sup>14</sup> O dado acima apresentado corresponde a situação conjugal de fato. Assim, os pesquisados que se declaram divorciados e viúvos foram considerados solteiros.

## 2.6 Taxa de Fecundidade entre os Assistentes Sociais

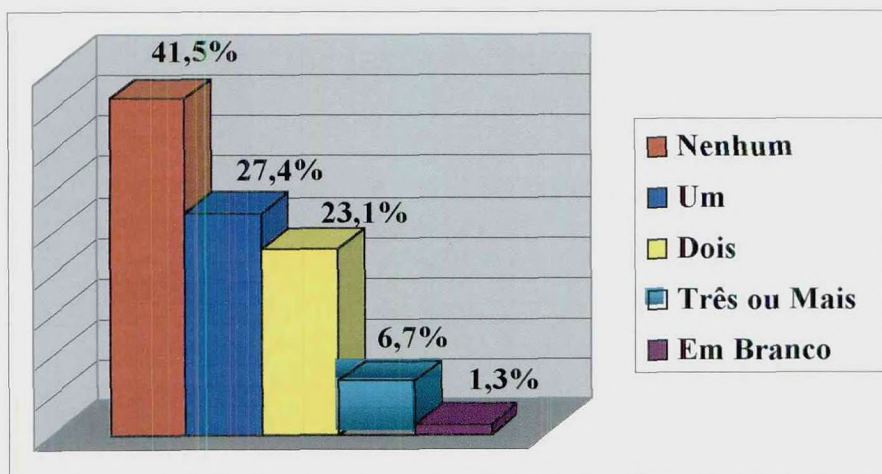


Gráfico 6: Taxa de fecundidade entre os profissionais.  
Fonte Primária (2004).

Dos profissionais de Serviço Social do estado, 41,5% declaram não ter filhos, 27,4% têm apenas um filho, 23,1% afirmam ter dois filhos, enquanto 6,7% dizem ter três filhos ou mais e 1,3% não responderam.

Esses dados estão intimamente relacionados com a questão da mulher no mercado de trabalho. As alterações, econômicas, sociais, políticas, culturais e demográficas que o país vem passando criam novos indicadores que materializam os reflexos dessas alterações. Esses indicadores apontam para a sensível queda nas taxas de fecundidade, o aumento de famílias chefiadas por mulheres e a expansão da escolaridade. Como aponta Bruschini (2000, p. 16), “a intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho.”



## 2.7 Renda Familiar

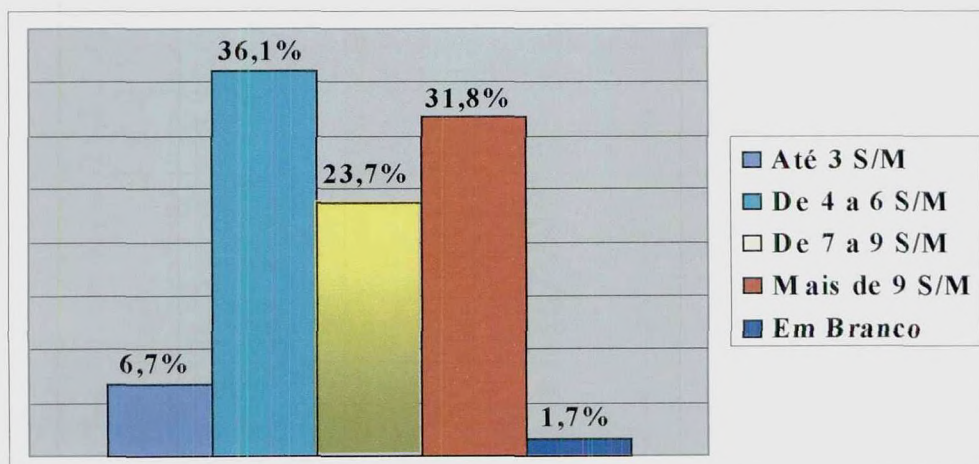


Gráfico 7: Renda familiar.  
Fonte primária (2004).

No que diz respeito à renda familiar, 6,7% dos assistentes sociais catarinenses possuem renda de até 3 salários mínimos<sup>15</sup>, 36,1% declaram possuir renda entre 4 a 6 salários mínimos, 23,7% dos profissionais possuem renda familiar de 7 a 9 salários mínimos, enquanto 31,8% afirmam ter renda familiar correspondente a mais de 9 salários mínimos.

De acordo com os dados apresentados, verifica-se que a renda familiar em Reais de 36% da categoria varia entre R\$ 1.040,00 a R\$ 1.500,00. Enquanto que 31% dos assistentes sociais declaram ter renda familiar superior ao valor de R\$ 2.340,00.

Segundo os dados do IBGE de 1999, 10% da população do estado de Santa Catarina possui renda familiar de  $\frac{1}{2}$  (meio) salário mínimo, ao passo que 22,2% têm renda familiar de  $\frac{1}{2}$  (meio) a 1 (um) salário, 29% da população do estado revela ter renda familiar entre 1 a 2 salários mínimos, enquanto 14% das famílias catarinenses declaram ter renda de 2 a 3 salários. Apenas 9,9% da população têm renda familiar de 3 a 5 salários mínimos,

<sup>15</sup> O valor do salário mínimo considerado na pesquisa é de R\$ 260,00.

enquanto 10% da população declaram renda de 5 ou mais salários. Dessa forma, observa-se que a maior parte da categoria está entre os 9% da população que tem como renda familiar 3 a 5 salários e entre os 10% dos catarinenses com mais de 5 salários mínimos.

## 2.8 Ano de Conclusão do Curso

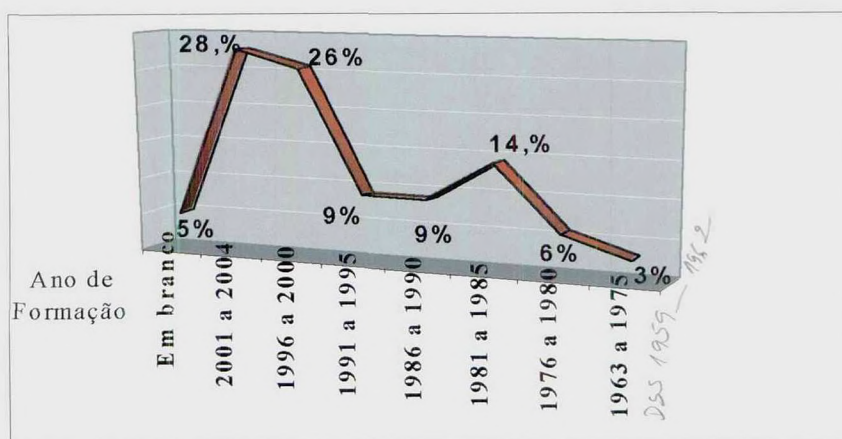


Gráfico 8: Ano de conclusão do curso.  
Fonte primária (2004).

O gráfico acima mostra a variação do período de formação dos profissionais catarinenses, revelando que, no período de 1963 a 1975, apenas 3% dos assistentes sociais pesquisados concluíram a graduação. Dentre esses profissionais, 6% concluíram o curso entre os anos de 1976 a 1980; 14% afirmam ter finalizado o curso de Serviço Social de 1981 a 1985; ao passo que apenas 9% se formaram entre 1986 a 1990; outros 9% dos pesquisados concluíram o curso entre os anos de 1991 a 1995. Entre o período de 1996 a 2000, 26% dos assistentes sociais catarinenses recebem o diploma, enquanto 28% dos

profissionais de Serviço Social declaram ter recebido o título de bacharel entre os anos de 2001 a 2004<sup>16</sup>.

Observando os dados acima apresentados, verifica-se que a formação em Serviço Social a partir de 1996 se intensifica. Isso significa que 58% dos profissionais entram no mercado de trabalho tendo como base legal a Lei 8662 de 1993, que regulamenta a profissão e pautados nos parâmetros éticos estabelecidos pelo novo Código de Ética. Tal fato confere a maior parte da categoria catarinense uma formação já direcionada nas perspectivas desses instrumentos normativos.

A proporção significativa de profissionais com formação após o ano de 1996 se deve fundamentalmente à intensificação dos cursos de Serviço Social no estado, principalmente no que diz respeito a instituições de ensino superior de natureza privada. Hoje, Santa Catarina há nove cursos Serviço Social instalados nas seguintes instituições de ensino: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Regional de Blumenau (FURB); Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), em seus *campi* de Araranguá, Tubarão e Florianópolis; Universidade do Planalto Serrano (UNIPLAC); Universidade do Contestado, Caçador e Canoinhas; na Universidade de Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECO); e Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

---

<sup>16</sup> Obedecendo a um critério de metodologia de pesquisa, foram considerados apenas os profissionais inscritos no CRESS anterior ao período de junho de 2004, portanto, só foram considerados os formados até esta data.

## 2.9 Grau de Formação Profissional

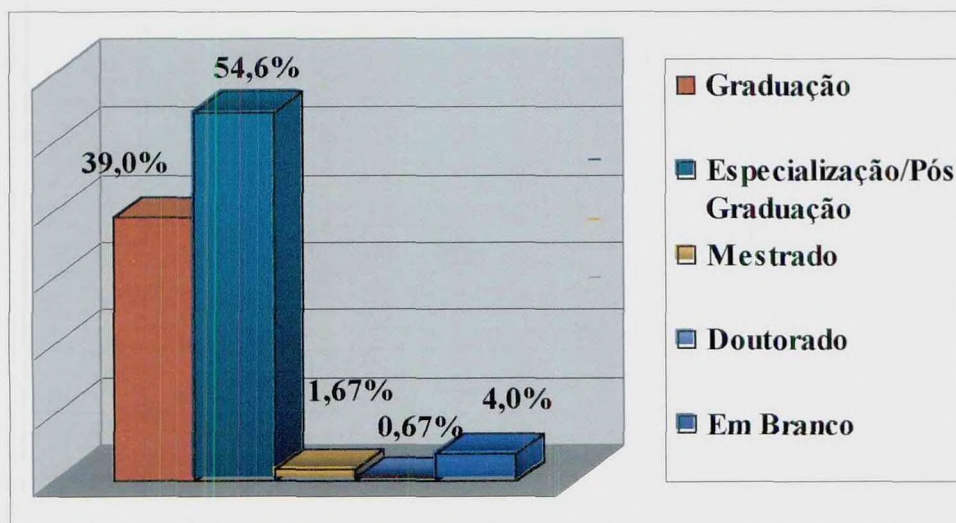


Gráfico 9: Grau de formação profissional.  
Fonte primária (2004).

Em relação ao grau de formação dos profissionais de Serviço Social, nota-se que 54% tem algum tipo de pós-graduação, ao passo que 39% têm apenas a graduação, 1,67% declaram ser mestres, enquanto 0,67% possui título de doutorado. Dos profissionais pesquisados, 4% não responderam.

A reestruturação dos processos produtivos interfere de forma decisiva na exigência de maior qualificação, na medida em que sinaliza para a operacionalização de novas modalidades técnicas. Esse quadro evidentemente afeta o profissional de Serviço Social, exigindo a sua capacitação continuada.

Como salienta Iamamoto (2003),

A abertura de fronteiras entre as profissões, fazendo com que as profissões afins concorram entre si em um mercado restrito passa a exigir níveis formação que possibilitem ao assistente social recorrer em igualdade de condições com um sociólogo, um cientista político, um pedagogo na luta por postos de trabalho, participando de um mesmo e idêntico processo seletivo (IAMAMOTO, 2003, p. 125).

Abreu (2002), quando diz que a capacitação profissional tem uma dupla dimensão, corrobora: de um lado contribui para a mobilização de classe na construção de

alternativas de luta e, de outro lado, coopera na produção de conhecimento sobre as manifestações da questão social, contribuindo para o desvendamento das contradições e tendências do movimento social, antecipando propostas alternativas de intervenção. Cabe aqui considerar que os inúmeros trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado e outras publicações vêm permitindo a tomada de reflexão sob questões importantes para o desenvolvimento da profissão.

As questões presentes no mercado de trabalho atual requerem novas habilidades, no entanto é imprescindível que os conhecimentos técnicos e científicos não sejam descolados do projeto ético-político da profissão, pois, por meio deste, o assistente adquire uma identidade espiritual-profissional, que nesta perspectiva, significa a politização da profissão (JORGE, 1999).

Sob o ponto de vista ético, é fundamental o permanente compromisso com a garantia da qualidade nos serviços prestados e com o constante aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional. Para tanto, o enfrentamento das questões postas apontam novas exigências de qualificação, principalmente no que se refere às funções de formulação, avaliação e gestão de políticas sociais, fato que abre espaço para o assistente social construir propostas criativas em uma perspectiva de consolidação da democracia, na garantia e ampliação de direitos.

Considerando os dados até aqui apresentados, pôde-se traçar um perfil do profissional de Serviço Social em Santa Catarina. Desse modo, observa-se que, de forma geral, o assistente social é do sexo feminino, está na faixa etária entre 25 e 44 anos, é católico(a), heterossexual, casado(a), sem filhos, graduou-se após 1996 e possui renda familiar de 4 a 6 salários mínimos.

De acordo com o que apontam as características acima mencionadas, é pertinente considerar esse profissional em sua relação com o mundo do trabalho. Destarte, os dados e

análises que se processarão a seguir perpassam fundamentalmente pela inserção do assistente social no interior do universo institucional. Para tanto, é fundamental considerar algumas peculiaridades que são inerentes ao fazer profissional do assistente social.

## 2.10 Mercado e Processo de Trabalho do Assistente Social

O assistente social, inscrito na divisão técnica do trabalho, tem como objeto as múltiplas expressões das questões sociais, imprimindo nas políticas sociais a arena de seu processo de trabalho. Assim, como assinala Simionato (1996),

O processo de trabalho é uma atividade humana de transformação de um determinado objeto por meio da atividade e, através de instrumentos determinados. Ocorre quando um objeto é transformado em valor de uso, ou seja, o trabalho converte-se em utilidade para alguém (SIMIONATO, 1996, p. 11).

O processo de trabalho tem quatro elementos constitutivos. O **trabalho vivo**, ou seja, atividade com uma determinada finalidade. Outro elemento é **objeto** sobre o qual se trabalha, que no caso do Serviço Social refere-se às diversas expressões da questão social. O terceiro componente que constitui o processo de trabalho são os **instrumentos**, que para o assistente social se materializa através do arsenal técnico-operativo e as bases teórico-metodológicas (conhecimento especializado). Finalmente, o último elemento que compõe o processo de trabalho é o seu **produto** ou **resultado**, que é materializado pelo assistente social na prestação de serviço concreto aos usuários.

O assistente social, como possuidor de certa especialização, vende sua força de trabalho, fato que o insere no universo do assalariamento. Esse profissional é, portanto, proprietário de sua força de trabalho, porém, não dispõem de todas as condições para realização de seu exercício profissional. Assim, tais condições são oferecidas pelas

instituições que o requisitam e que, concomitantemente, organizam seu processo de trabalho. É por atender a determinadas necessidades sociais que o trabalho do assistente social torna-se socialmente necessário, pois atua sobre dimensões que dizem respeito à sobrevivência material e social dos setores majoritários da população (IAMAMOTO, 2003).

Cabe salientar que o profissional de Serviço Social desenvolve atividades que ultrapassam a dimensão material. Exerce, portanto, como diria Abreu (2002), uma função político-pedagógica, na medida em que sua prática desenvolve-se a partir de mediações que incidem sobre o universo dos valores, do comportamento e da cultura.

Considerando o peculiar processo de trabalho do profissional de Serviço Social e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho no atual cenário é que se desenvolverão as apreciações dos dados a seguir apresentados.

### 2.10.1 Cargo com Nomenclatura de Assistente Social

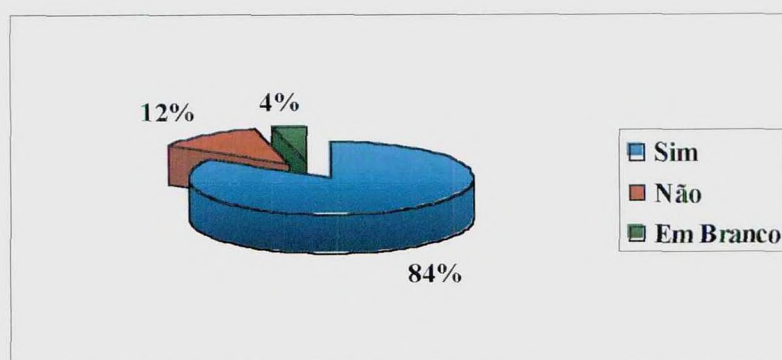


Gráfico 10: Cargo com nomenclatura de assistente social.  
Fonte primária (2004).

Do universo de profissionais pesquisados, 84% afirmam possuir cargo com nomenclatura de Assistente Social, 12% revelam não ter cargo com esta nomenclatura, enquanto 4 % não responderam.

No que tange a esta questão, cabe reporta-se a Lei que Regulamenta a Profissão, Lei 8662/93, que no seus artigos 4º e 5º dispõe sobre as atribuições e competências do assistente social.

Considerando as novas exigências do atual mercado de trabalho que requer, acima de tudo, um profissional polivalente, verifica-se que um significativo número de assistentes sociais são contratados para atividades não privativas do campo do Serviço Social. Tal fato pode ser exemplificado por meio dos profissionais que ocupam cargos de chefia ou estão em desvio de função. O mencionado episódio vem sendo observado pelas Comissões de Orientação e Fiscalização (COFIs) dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS, 2002), resultando inclusive em um número expressivo de pedidos de cancelamento do registro profissional junto a esses Conselhos.

Essas condições contratuais inerentes a atual configuração do mundo do trabalho afetam significativamente o campo profissional implicando no estreitamento do espaço profissional do Serviço Social.

A permanente discussão da Lei 8662/93, com vistas a uma adequada e coerente interpretação, é vital, principalmente no que tange às atribuições e competências profissionais.

As novas determinações intrínsecas ao mundo do trabalho exigem um profissional atento às mudanças, comprometido com a permanente reflexão de seu aparato normativo, sobretudo pensando sua função no interior dos espaços sócio-institucionais. Como discorre Rios (1997), “trata-se de pensar a *parte que nos cabe*, lembrando que sendo parte, está inegavelmente ligada a outros elementos componentes de um todo” (RIOS, 1997, p. 70, grifo da autora).



### 2.10.2 Número de Vínculos na Área de Serviço Social

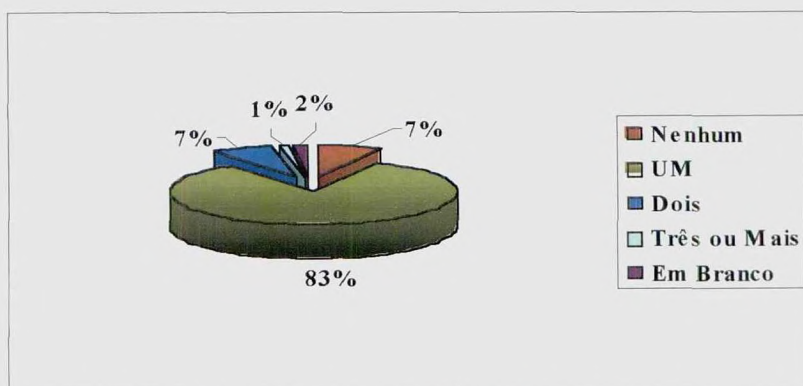


Gráfico 11: Número de vínculos na área de Serviço Social.  
Fonte primária (2004).

Em relação ao número de vínculos empregatícios na área de Serviço Social, 83% dos profissionais admitem ter apenas um vínculo na área. 7% declaram ter dois vínculos na área de Serviço Social. Já outros 7% afirmam não possuir vínculo na área no momento atual. 1% diz ter três ou mais vínculos no campo do Serviço Social, enquanto 2% não responderam.

No tocante às novas determinações impostas pelo atual modelo de acumulação, evidenciadas com a flexibilização e precarização do trabalho, torna-se cada vez mais comum o atrelamento dos profissionais, e não só assistentes sociais, em mais de um vínculo empregatício. 7% dos assistentes sociais pesquisados declaram ter mais de um vínculo na área de Serviço Social. Isso se deve sobretudo à pouca valorização monetária da profissão (ver gráfico 18, referente à renda na área do Serviço Social). Tal percentual só não é maior pelo fato de que a maioria dos profissionais tem carga horária de 40h semanais (ver gráfico 17 referente à carga horária semanal realizada pelo assistente social).

O fenômeno do pluriemprego é definido por Netto (1996) como um processo de desagregação profissional na medida em que os profissionais são compelidos a várias inserções empregatícias, fragmentando o mercado de trabalho.

### 2.10.3 Tipo de Vínculo Empregatício

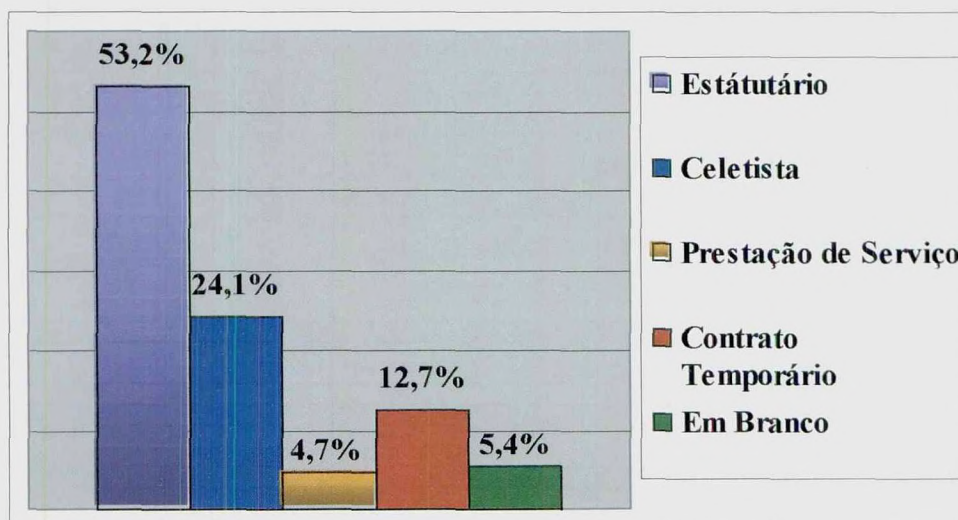


Gráfico 12: Tipo de vínculo empregatício.  
Fonte primária (2004).

Em relação ao tipo de vínculo empregatício, 53,2% dos profissionais pesquisados afirmam estabelecer vínculo institucional através do regime de estatuto, 24,1% dizem seguir o regime celetista (CLT). 12,7% dos Assistentes Sociais estabelecem contrato temporário com seus espaços sócio-institucionais. O percentual 4,7% corresponde aos profissionais que prestam serviço em caráter autônomo, ao passo que 5,4% dos pesquisados não responderam.

Através dos dados aqui apresentados pode-se tecer algumas análises sobre a situação trabalhista dos profissionais de Serviço Social. Em termos gerais, a maioria dos assistentes sociais catarinenses é estatutária ou celetista. No entanto, o estabelecimento de contrato temporário por 12% da categoria requer especial atenção, na medida em que tal indicativo está diretamente relacionado à precarização do mercado de trabalho.

Netto (1996) corrobora a questão quando menciona que

O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação “flexível”, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais “flexível”, do “tipo emprego precário”), seja criando novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia). (NETTO, 1996, p. 92).

Como ressalta Kameyama (2000), a reestruturação produtiva ultrapassa o campo das relações de produção, no espaço da empresa capitalista, protagonizando o aparecimento de outras práticas sócio-institucionais que não se relacionam diretamente com o processo de produção material. Nesse sentido, verifica-se que, nos diferentes espaços sócio-institucionais, seja nas empresas, em ONGs (Organizações Não-Governamentais) ou no Estado, vem-se adotando a política de redução da despesa com encargos trabalhistas.

No que se refere ao âmbito governamental, tem se observado a redução da incidência de concursos públicos, sendo estes abertamente substituídos pelas contratações temporárias. De tal modo, vem se reforçando a precarização do trabalho através de novas formas de inserção do profissional no mercado, até mesmo no interior do aparelho estatal. Assim, como salienta Simionato (1998),

a delimitação do tamanho do Estado é claramente expressa pelas idéias de *privatização, publicização, e terceirização*, segundo Bresser Pereira (1997:14), são essenciais para que o Estado se torne mais barato e mais eficiente nas realizações de suas tarefas, [...] (SIMIONATO, 1998, p. 24, grifo da autora).

Como analisa Iamamoto (2003), a polivalência, a terceirização, a subcontratação, a compressão salarial, a ampliação de contratos de trabalhos temporários e o desemprego são dimensões que atravessam o campo do Serviço Social.

Netto (1996), em uma prospecção do mercado de trabalho do assistente social, em 1996, diz:

Já surge a tendência à terceirização do trabalho desses próprios profissionais, com vistas à redução do quadro de técnicos com vínculos empregatícios com empresas, estimulando-se a “iniciativa pessoal” a “autonomia profissional” e os devaneios acerca de um novo estatuto “liberal” para profissionais envolvidos (NETTO, 1996, p. 123).

Concretiza-se, portanto, tal prospecção, contudo em um grau um pouco maior, na medida em que não só as empresas, mas também as organizações estatais estão aderindo ao fenômeno da terceirização.

Partindo desta perspectiva, observa-se que as mutações societárias que redesenham o mundo do trabalho na contemporaneidade têm tido repercussão determinante no campo de atuação do assistente social.

#### 2.10.4 Natureza da Instituição Empregadora

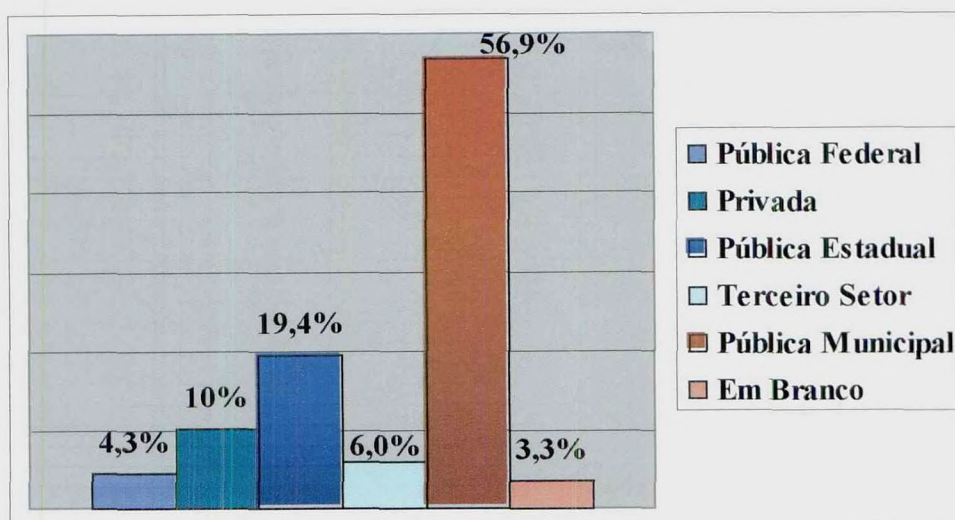


Gráfico 13: Natureza da instituição empregadora.  
Fonte primária (2004).

No que tange à natureza da instituição, 56,9% dos assistentes sociais de Santa Catarina estão vinculados a instituições públicas na esfera municipal; 19,4% estão atrelados

a instituições públicas de nível estadual; 10% dos profissionais exercem sua função junto a instituições privadas; 6% estão vinculados a organizações do terceiro setor, enquanto 4% estabelecem vínculo junto a instituições públicas federais. Dos profissionais pesquisados, 3,3% não responderam.

No trato dos diferentes espaços sócio-ocupacionais do profissional de Serviço Social, concorda-se com Yamamoto (2003) quando diz que não se tem um único e idêntico processo de trabalho do assistente social, mas há, sim, distintos espaços ocupacionais na esfera estatal, nas empresas e nas organizações não-governamentais, justamente por estes setores apresentarem diferentes condições de trabalho.

A pesquisa aponta que a esfera governamental permanece como maior empregador dos profissionais de Serviço Social. Aliás, retomando as bases sócio-históricas da profissão, como já mencionado no capítulo anterior, o Estado, através da criação de grandes instituições assistenciais, fomentou a institucionalização do Serviço Social na década de 1940, legitimando-o na divisão sócio-técnica do trabalho.

A requisição do profissional na esfera estatal ganha ainda vulto maior a partir do final da década de 1980 com a Nova Constituição, que traz a idéia de descentralização política administrativa do Estado. Tal processo é caracterizado pela municipalização, onde as prefeituras ganham o papel de principais executoras das políticas sociais.

Outro fator que intensifica a inserção do assistente social em nível municipal refere-se à criação de espaços, como os Conselhos de Direitos de Políticas Públicas a partir também da Constituição de 1988.

Como o processo de trabalho do assistente social está intimamente relacionado ao âmbito das políticas públicas, no trato das múltiplas expressões das questões sociais, a descentralização faz com que se intensifique o número de assistentes sociais nos quadros

técnicos das instituições municipais, já que estas tomam frente à execução das políticas públicas, principalmente no campo da Seguridade Social.

O fenômeno da descentralização exige um incremento à dimensão do conhecimento profissional, portanto atinge o campo de competência do assistente social na medida em que exige domínio das peculiaridades da questão social em nível local (IAMAMOTO, 2003).

O processo de reforma do Estado caracterizado com o enxugamento dos gastos públicos afeta sensivelmente o campo das políticas sociais. Tal processo incide diretamente no mercado de trabalho do assistente social, resultando no nivelamento dos espaços institucionais desse profissional. Como sustenta Abreu (2002), ao mesmo tempo em que se amplia a demanda por assistentes sociais no setor público, no bojo do processo de municipalização, surge um paradoxo na medida em que o Estado transfere parte de suas atribuições para as entidades civis, empresas e associações.

Tal descentralização/desconcentração implica o deslocamento de funções estatais para a sociedade civil e, conseqüentemente, pode apontar uma redução dos postos de trabalho profissional no referido setor (ABREU, 2002, p. 184).

A reestruturação do processo de trabalho afeta de forma mais direta os assistentes sociais que atuam no campo empresarial. Nesse contexto, os esquemas de controle são mais rigorosos no que se refere ao desempenho profissional. Este fato é imperativo, ainda que o assistente social não participe diretamente da produção da mais-valia.

A atuação dos assistentes sociais junto às instituições privadas aparece consideravelmente sobre o setor de Gestão de Pessoas, onde os profissionais têm sido requisitados pelas empresas para atuar em programas de **qualidade de vida no trabalho** e na área de Assistência Social, no repasse de benefícios assistenciais. Como afirma Iamamoto (2003),

o Serviço Social é requisitado pelas empresas para eliminar os focos de tensões, criando comportamento produtivo, contribuindo para reduzir o

absenteísmo, viabilizar os benefícios sociais, atuar nas relações humanas na esfera do trabalho (IAMAMOTO, 2003, p. 47).

No que se refere ao terceiro setor, este também tem se mostrado campo promissor de atuação do profissional de Serviço Social. O protagonismo de entidades desta natureza no trato das políticas públicas, impulsionado pela redução da ação estatal, tem significado a abertura de novos postos de trabalhos para o assistente social junto a essas organizações. Postos de trabalho que, aliás, são caracterizados pela precarização do processo de trabalho, na medida em que tais organizações se configuram a partir do financiamento de projetos temporários pelo fundo público, através dos convênios, pelas empresas e por meio do incentivo ao trabalho voluntário. Nesse sentido Abreu (2002) assinala,

Na esfera da sociedade civil fica evidenciada uma potencialização da demanda profissional junto a movimentos, organizações não-governamentais (ONGs), e outras entidades sem fins lucrativos. A proliferação desses espaços na citada década [1990], como indicador de tendência expansionista do chamado terceiro setor, seja este entendido como decorrência das citadas políticas de privatização, descentralização/desconcentração, aponta para uma possível expansão de um campo de absorção dos assistentes sociais, campo este marcado pela precarização das condições de trabalho [...] (ABREU, 2002, p. 185).

Considerando profundas modificações ocorridas no interior das organizações, sejam elas públicas, privadas ou não-governamentais sem fins lucrativos, há a exigência de um profissional preparado, versátil e competente, e que sobretudo compreenda o contexto dinâmico que atravessa seu processo de trabalho. Tal apreensão permitirá ao assistente social, com base em seu projeto ético-político, dimensionar as possibilidades e limites de seu fazer profissional.

### 2.10.5 Principal Área de Atuação do Profissional de Serviço Social

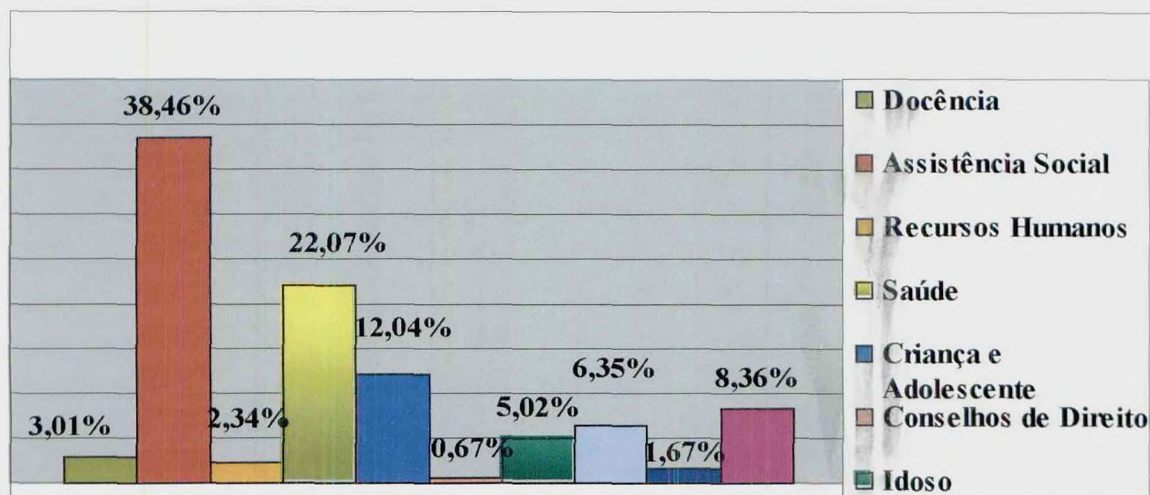


Gráfico 14: Principal área de atuação do profissional de Serviço Social  
Fonte primária (2004).

No que se refere à principal área de atuação dos profissionais de Serviço Social em Santa Catarina, o gráfico mostra que 38,4% estão no campo da Assistência Social e 22% encontram-se na área da Saúde. O campo da criança e adolescente aparece logo em seguida com um percentual de 12% de assistentes sociais diretamente envolvidos; 6,3% dos pesquisados declaram trabalhar no campo sócio-jurídico, 2,3% na área de Recursos Humanos, 3% têm atividade no campo da docência, enquanto a previdência social aparece com 1,6% dos profissionais, enquanto 8,3% estão envolvidos em outras áreas de atuação.

Considerando que a esfera estatal vem absorvendo o maior número de assistentes sociais, observa-se que a área de maior concentração dos profissionais é, sobretudo, no terreno da seguridade social, com destaque para as áreas de assistência social e saúde, seguido da atuação com a criança e adolescente. Em menores proporções aparecem os profissionais no campo judiciário, da previdência social, do idoso, habitação, recursos humanos, entre outros.



Pesquisa divulgada em 1996 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) revelava que a área líder na absorção de assistentes sociais naquele momento era a da saúde. Este fato, que está intimamente relacionado à implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990. No entanto, a Regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, abre novos espaços ocupacionais aos assistentes sociais, tornando-se a área que lidera absorção de profissional de Serviço Social.

No final dos anos 1980, o protagonismo de agentes históricos, entre eles o profissional de Serviço Social, exerce fundamental contribuição para a definição da Assistência Social como uma política pública. Nesse sentido, a Assistência Social desloca-se para o terreno da cidadania e dos direitos.

O sistema descentralizado participativo da Política de Assistência Social regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8742/93) tem ampliado consideravelmente as requisições profissionais neste campo, principalmente através do processo de municipalização.

A partir da I Conferência Nacional de Assistência Social em 1995, vem sendo discutida a reorganização da política de assistência, propondo-se o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Tal sistema parte do paradigma da universalização do direito à proteção social, com fundamento na cidadania, considerando o sujeito como possuidor de direitos (SPOSATI, 2004). Segundo Sposati (2004, p.3), “o SUAS propõe construir um dispositivo jurídico que forneça condições institucionais de ampliação em todo o território nacional.” O sistema prevê entre outras medidas a territorialização da rede de assistência social, ofertando serviços básicos baseados na lógica de proximidade do cidadão, na descentralização político-administrativo, na contratação de equipes técnicas especializadas, incluindo fundamentalmente os profissionais de Serviço Social. O Sistema Único de

Assistência Social, portanto, poderá significar a ampliação do mercado de trabalho do assistente social na área da Assistência Social pública.

Os dados da pesquisa no estado de Santa Catarina revelam que o campo da saúde concentra um número considerável de profissionais de Serviço Social. Essa concentração foi claramente impulsionada pelo surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS), que foi incorporado à Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Saúde de 1990 (Lei nº 8080/90). A absorção de parcela significativa de assistentes sociais nesta área de atuação deve-se essencialmente ao princípio de descentralização e de universalização dessa política.

O Estatuto da Criança e do Adolescente introduz uma série de modificações na política de atendimento à criança e ao adolescente, dando ênfase ao processo de descentralização e municipalização dessa política e à participação da sociedade civil através dos Conselhos e Fóruns (VERONESE, 1997). A proposta do Estatuto alarga a área de atuação do assistente social junto a este segmento, e sobretudo, exige a adequação do profissional a uma nova perspectiva de intervenção.

Pode-se observar que o processo de descentralização tem refletido diretamente no interior da categoria profissional, alargando seu campo de atuação. No entanto, tal processo também tem significado a desestatização das áreas de serviços como educação, saúde, previdência social, entre outros, resultando no deslocamento de funções estatais e recursos públicos para a sociedade civil e para o mercado.

Nesse sentido, o atual contexto aponta para um contraditório e complexo mercado de trabalho, que exige do profissional uma permanente revisão de sua prática, elaborando estratégias inteligentes baseada nos princípios éticos da profissão que viabilizem a efetivação dos direitos da população usuária.

### 2.10.6 Participação em Conselhos de Direito ou de Políticas Públicas

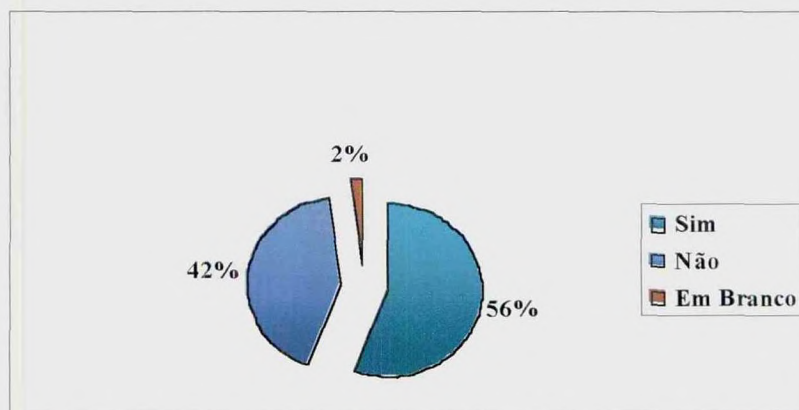


Gráfico 15: Participação em Conselhos de Direito ou de Políticas Públicas.  
Fonte primária (2004).

O resultado da pesquisa revela que 56% dos profissionais de Serviço Social participam de Conselhos de Direito de Políticas Públicas, 42% afirmam não desenvolver atividades junto a esses espaços atualmente, enquanto 2% dos profissionais pesquisados não responderam.

A Constituição de 1988, além de prever a descentralização e municipalização das políticas sociais, estabelece ainda a participação de segmentos da sociedade civil na formulação e controle destas políticas instituindo os Conselhos Municipais de Direitos e de Políticas Públicas, o que tem significado novas possibilidades de abertura de campo aos profissionais de Serviço Social. Esse profissional vem sendo requisitado a atuar junto a esses espaços, contribuindo na formulação de consensos. O assistente social pode cooperar de forma significativa na direção de uma contra-hegemonia, quando atua no sentido de fortalecer a participação popular na gestão das políticas sociais (IAMAMOTO, 2003).

Segundo Abreu (2002), a instituição dos conselhos de direitos repercutiu na abertura expressiva de novos espaços à inserção do assistente social, o que equivale dizer que esse profissional desenvolve uma função pedagógica junto aos processos de participação das classes populares na gestão de políticas públicas. Essa função pedagógica

pode caminhar no sentido da luta popular pela democracia ou em perspectivas participacionais vinculadas à retração do Estado na implementação de cortes nos gastos públicos, legitimando a desregulamentação estatal. Abreu (2002) ressalta a questão quanto diz que

Os desafios profissionais decorrentes dessas frentes de trabalho expressam-se, fundamentalmente, em relação à necessidade de construção de respostas às demandas postas à profissão, privilegiado o projeto societário das classes subalternas. Isso exige a refuncionalização de procedimentos operacionais face ao redimensionamento das suas competência técnicas e políticas nessa direção (ABREU, 2002, p. 205).

Espaços como estes requerem um profissional atuando não somente na execução das políticas sociais, mas sobretudo na gestão, formulação e controle dessas políticas. Tal espaço possibilita ao assistente social contribuir de forma decisiva na consolidação da democracia, já que sua formação tem como eixo a questão social e as políticas sociais, e seu projeto ético político pauta-se no fortalecimento da democracia e no incentivo à participação. Como discorre Iamamoto (1998),

O conselheiro assistente social exerce seu processo de trabalho num campo privilegiado de controle social e de apreciação de macropolíticas. Nestas condições ao exercer a função de conselheiro a desempenha fazendo uso de seu saber específico já que lida com objetos que tem afinidade com os da profissão, quais sejam: a questão social e as políticas sociais relacionadas a essa questão. Desempenha o mandato utilizando-se de seus conhecimentos teórico-operativo pondo-os a serviço das causas e finalidade do conselho. A função de conselheiro, no caso do assistente social contempla uma faceta do seu exercício profissional que é sua intrínseca dimensão política. Aliás, nos Conselhos, o Serviço Social realiza de modo visível sua dimensão política, posto serem estes por excelência, lócus de fazer política (IAMAMOTO, 1998 apud GOMES, 1999, p. 169).

Além de conselheiro, o Assistente social pode realizar seu trabalho desempenhando o papel de assessor ou consultor dos Conselhos, podendo colaborar com ações que fortaleçam esses espaços, exemplo disso é o treinamento e capacitações de conselheiros. Para tanto, é requisito fundamental para intervenção nesses espaços a capacitação continuada, a investigação sistemática de forma a contribuir para que tais

instâncias se tornem lugar de interesse público e de garantia e ampliação de direitos (GOMES, 1999).

### 2.10.7 Principais Dificuldades Encontradas nos Espaços Sócio-institucionais

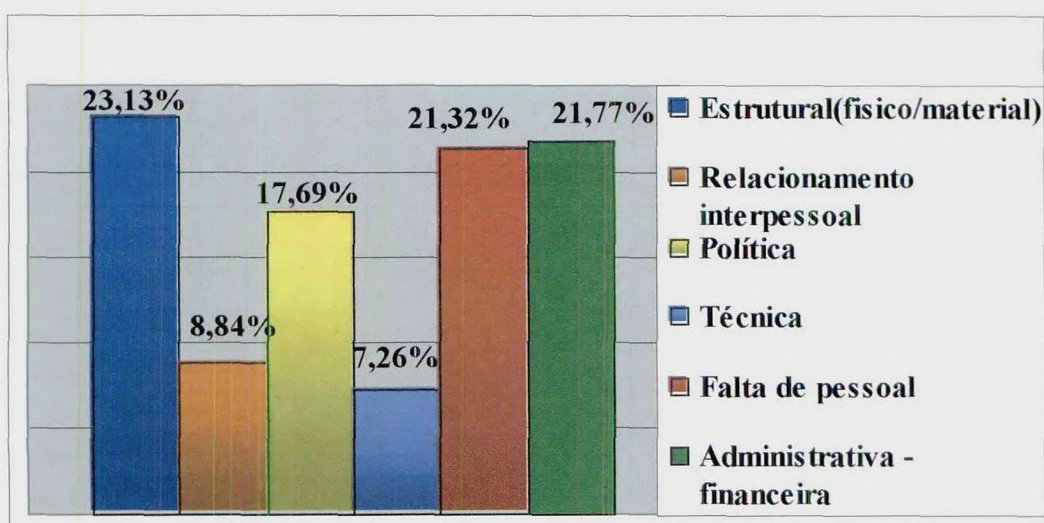


Gráfico 16: Principais dificuldades encontradas nos espaços sócio-institucionais.  
Fonte primária (2004).

Entre os principais obstáculos encontrados no cotidiano profissional do assistente social, constata-se que 23,13% dos técnicos acreditam que as maiores dificuldades são de ordem estrutural, entendendo estrutural a dimensão que abarca condições de espaço físico e disponibilidade material; 21,77% consideram que a questão administrativo-financeira é o principal entrave nos espaços sócio-ocupacionais; 21,37% declaram que as principais dificuldades advêm principalmente da falta de pessoal, enquanto 17,69% consideram as questões de ordem política como fundamentais barreiras à prática profissional; 8,84% dos profissionais pesquisados avaliam que o relacionamento interpessoal consiste na principal dificuldade vivenciada no ambiente de trabalho. Apenas 7,26% relacionam os principais

empecilhos no campo de trabalho a questões relacionadas à deficiência técnica dos profissionais.

No trato dessas questões, evidencia-se que a limitação estrutural, a escassez de pessoal e as restrições administrativo-financeiras constituem os ícones que caracterizam os principais obstáculos experimentados pelos assistentes sociais no interior dos espaços sócio-institucionais. Tal quadro revela com evidência a precariedade das condições de trabalho desses profissionais. Como sustenta Iamamoto (2003),

os meios e as condições em que se realiza o trabalho [...] não se configuram como *condicionantes externos* ao trabalho profissional. Ao contrário, são condições e veículos de sua realização, indispensáveis como elementos constitutivos desse trabalho (IAMAMOTO, 2003, p. 99, grifo da autora).

Esses condicionantes vivenciados no cotidiano institucional são reflexos nítidos das mutações que vem ocorrendo no interior das organizações, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor, no bojo do processo de reestruturação e desregulamentação.

Concomitantemente há a pressão exercida pela demanda dos serviços sociais, principalmente com aumento da pauperização da população. Contraditoriamente, há a paradoxal falta de recursos e verbas das organizações prestadoras desses serviços.

Esse processo tem como conseqüência o nivelamento do atendimento, expressando-se fundamentalmente, no aumento da seletividade, o que vem acarretando na inviabilização da possibilidade da universalização dos direitos sociais. Como diz Iamamoto (2003), a crescente restrição do atendimento faz com que o assistente social seja cada vez mais compelido a exercer função de “juiz da pobreza”. No entanto, tal caminho não é unívoco, continua a autora, existem outras forças sociopolíticas que podem ser acionadas pelos profissionais. Forças que vêm lutando pela defesa dos direitos sociais, através da participação do usuário e das organizações da sociedade civil, na gestão dos serviços públicos.

Além da leitura crítica da realidade social, é essencial a apreensão dos processos orçamentários no que tange às políticas sociais, fato imperativo para a construção de estratégias que viabilizem a captação de recursos para as políticas sociais.

Para tanto, é fundamental pensar na dimensão capacitação/qualificação profissional como base para o enfrentamento das limitações postas ao exercício do Serviço Social. Destarte, tal dimensão é alicerce para a construção de estratégias técnico-operativas que permitam superar as dificuldades encontradas nos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, é imperativo o protagonismo de profissionais que atuem na perspectiva de construção de propostas criativas conectadas à compreensão crítica da realidade, edificando táticas que permitam superar os impasses que perpassam o seu processo de trabalho.

Evidentemente, o presente contexto exige do assistente social novas competências, que apontam para a necessidade do profissional se apropriar de dados, informações e indicadores que fundamentem suas decisões no cotidiano do exercício profissional.

### 2.10.8 Carga Horária Semanal Realizada pelo Assistente Social

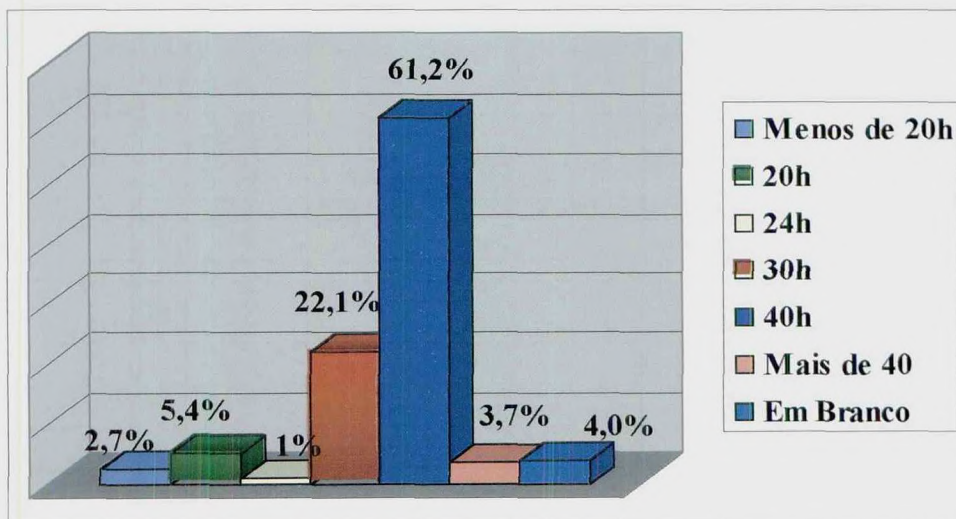


Gráfico 17: Carga horária semanal realizada pelo assistente social.  
Fonte primária (2004).

No que se refere à carga horária exercida pelo profissional de Serviço Social; 61,2% afirmam trabalhar 40 horas semanais. 22% dizem ter uma carga horária semanal de 30 horas; 5,4% dos profissionais têm uma carga horária de 20 horas; 2,7% realizam menos de 20 horas semanais, enquanto 3,7%, mais de 40 horas por semana. Dos assistentes sociais pesquisados, 4% não responderam.

Nota-se que a maioria dos assistentes sociais cumpre carga horária entre 30 e 40 horas semanais, ou seja, de 6 a 8 horas diárias.

Como afirma Iamamoto (2003), ao vender sua força de trabalho, o profissional entrega ao empregador o direito de consumi-la durante a jornada de trabalho. Nessa jornada, a ação criadora do assistente social submete-se às exigências impostas pelas instituições empregadoras.

Como apontam os dados apresentados na pesquisa, apesar de o profissional de Serviço Social cumprir uma jornada de trabalho bastante significativa, agregada à



complexidade que é inerente ao seu exercício profissional, verifica-se que este profissional não é monetariamente valorizado (ver gráfico 18 referente à renda na área de Serviço Social).

### 2.10.9 Renda na Área de Serviço Social

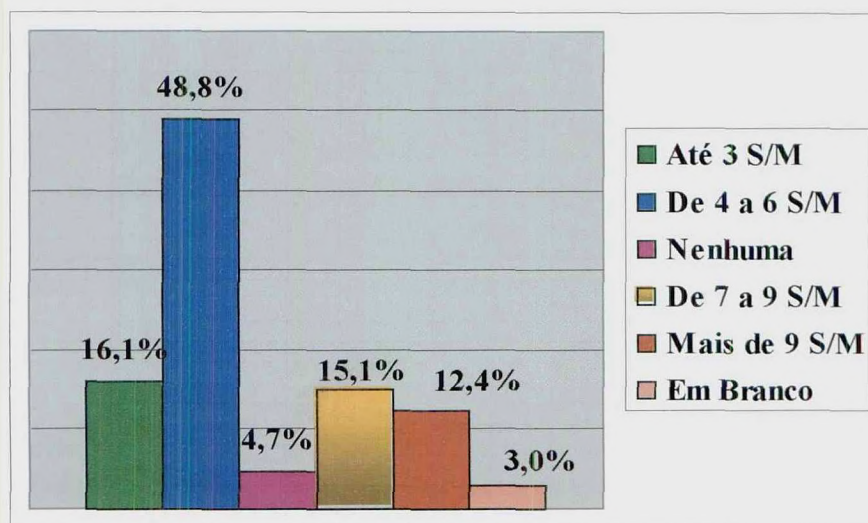


Gráfico 18: Renda na área de Serviço Social.

Fonte primária (2004).

Em relação à renda na área de Serviço Social, 48,8% revelam ter renda compreendendo de 4 a 6 salários mínimos; 16% afirmam ter renda na área até 3 salários mínimos; 15% dos assistentes sociais declaram que sua renda vai de 7 a 9 salários, enquanto 12,4% admitem ter renda superior a 9 salários mínimos; 4,7% dos pesquisados dizem não possuir renda na área de Serviço Social e 3% não responderam.

Verifica-se, portanto, que a renda na área de Serviço Social varia entre 4 a 6 salários mínimos, o que representa uma média salarial de R\$ 1.300,00. Considerando esta média e o significativo percentual de assistentes sociais com renda de até 3 salários

mínimos, observa-se que o assistente social ainda não é valorizado monetariamente pelos órgãos empregadores.

Por ser uma profissão predominantemente feminina, cabe uma correlação da questão da desvalorização da mulher no mercado de trabalho. Pesquisas e estudos apontam que a mulher tem salários muito inferiores se comparados aos homens. Resultado do Censo demográfico de 2000, referente ao estado de Santa Catarina, revela que enquanto os homens catarinenses têm rendimento médio mensal de R\$ 807,00, o rendimento mensal médio das mulheres varia em torno de R\$ 474,00. Portanto, as desigualdades entre os gêneros no mercado de trabalho são bastante evidentes, o que afeta diretamente a categoria dos assistentes sociais, na medida em que é genuinamente uma profissão feminina.

A desvalorização do profissional de Serviço Social pode estar associada à imagem social da profissão, muitas vezes entendida como exercício da filantropia. Essa desvalorização profissional pode estar atrelada à importância que é dada às políticas sociais no Brasil, como forma de enfrentamento das expressões da questão social. Sendo essas políticas arena onde se concretiza o fazer profissional do assistente social, remete-se pensar de que forma a questão social é enfrentada no país. Partindo deste ponto de vista, nota-se que as políticas sociais vêm sendo encarada sob uma ótica neoliberal, que prioriza a dimensão econômica em detrimento às questões de cunho social.

Todavia, a questão da valorização profissional demanda o enfrentamento coletivo dos assistentes sociais na perspectiva da criação, avanço e ampliação de condições teórico-metodológicas e político-ideológicas no embate às novas e tradicionais expressões da questão social, a partir de ações estratégicas que possibilitem construir respostas profissionais comprometidas com os interesses das classes subalternas (ABREU, 2002).

De acordo com o que mostra o perfil do profissional de Serviço Social no estado, pode-se dizer que, em termos gerais, esse profissional é, na sua maioria, funcionário

público, com predominância nas esferas municipais; exerce uma carga horária de 40 horas semanais; atua principalmente nas áreas de assistência social, saúde e junto a crianças e adolescentes; e tem como renda média mensal entre 4 a 6 salários. Com base nesse perfil profissional, é imperativo considerar as mediações que envolvem o peculiar processo de trabalho desse profissional em um cenário de profundas alterações. Cabe, no entanto, sublinhar o projeto ético-político da profissão, entendido como um guia para o exercício do Serviço Social como campo onde se deve pensar os limites e possibilidades que cercam o fazer profissional no enfrentamento das questões postas na atualidade.

### **3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E ATUAIS DESAFIOS AO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL**

#### **3.1 Projeto Ético-político do Serviço Social**

Considerando as condições sócio-históricas nas quais se inscreve o profissional de Serviço Social, em um contexto permeado por uma teia de complexas contradições, onde se alteram as demandas profissionais, modifica-se o mercado de trabalho, os processos de trabalho e as condições em que este se realiza, cabe pensar na direção ético-política que norteia o exercício da profissão. Neste sentido, é imprescindível considerar o projeto ético-político entendido como um conjunto de valores, normas, requisitos e objetivos que movem o agir profissional.

Segundo Netto (1999), toda ação humana implica na antecipação de um ideal que se deseja alcançar, ou seja, alude um projeto. Os projetos societários apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, implicando valores que a justificam e elegendo determinados meios para sua concretização. Os projetos societários oferecem balizas e valores aos projetos profissionais.

No que se refere aos projetos profissionais, Netto (1999) os define da seguinte maneira:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegendo valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com os outros profissionais e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o

reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p. 95).

Para Iamamoto (2002), o projeto profissional supõe duas dimensões intrínsecas. De um lado, as condições macrosocietárias, que estabelecem determinações sócio-históricas ao exercício profissional, e, de outro lado, as respostas técnicas e ético-políticas dos profissionais neste contexto.

Os projetos profissionais constituem estruturas dinâmicas na medida em que as transformações econômicas, culturais, históricas e o próprio desenvolvimento teórico e prático da profissão fazem com que os projetos profissionais se renovem e se modifiquem. Deve-se considerar que esses projetos são coletivos, supõem certa organização<sup>17</sup> e são indissociáveis de questões políticas (NETTO, 1999).

Barroco (2003) fala que projetar ações éticas e políticas significa considerar que a teleologia implica em valores e que sua materialização supõe a política como espaço de luta entre projetos diferenciados. Nesse sentido, apesar de o projeto profissional ser construído coletivamente, o interior da categoria torna-se palco de luta e tensão, na medida em que seus membros são diferentes. Como menciona Netto (1999), trata-se de uma unidade de diversos, unidade esta que se traduz no princípio da pluralidade.

Barroco (2003) ainda afirma que, um projeto profissional deve atender as necessidades sociais produzindo um resultado objetivo por meio de determinadas formas. Os projetos profissionais são mediados por projetos societários e ambos atentem as necessidades sociais com direção ética e política determinada. As determinações históricas são mediadas pelas necessidades geradas pela relação capital/trabalho, assim, há o imperativo de respostas que são balizadas por projetos, que dão direção às ações de

---

<sup>17</sup> Os projetos profissionais são construídos coletivamente por meio da organização das categorias profissionais. O sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as associações de assistentes sociais constituem a base organizativa do Serviço Social brasileiro (NETTO, 1999).

enfrentamento das questões postas. Dessa forma, a trajetória histórica do Serviço Social revela a adesão a projetos societários dominantes ou não.

Como já mencionado no primeiro capítulo, as décadas de 1970 e 1980 foram palco de construção de um novo projeto ético-político do Serviço Social, marcado fundamentalmente pela quebra do conservadorismo, impresso na profissão desde suas gêneses históricas. Todavia, nas últimas décadas esse projeto profissional redimensiona-se no âmbito da interpretação teórico-metodológica e política e dá um radical giro do ponto de vista ético e político (IAMAMOTO, 2002), conferindo à categoria a sua estreita vinculação às classes subalternas.

Os pilares que sustentam o projeto profissional são constituídos pelo Código de Ética, pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Segundo Iamamoto (2002), a articulação entre a dimensão ético-política, a dimensão acadêmica e as bases legais é fundamental para a consolidação e implementação efetiva do projeto ético-político da profissão. Partindo dessa perspectiva, serão a seguir abordados o aparato normativo da profissão e os desafios profissionais no contexto atual.

### **3.2 Código de Ética Profissional**

Com as mudanças operadas no contexto atual, é fundamental pensar no fazer profissional tendo em vista a concretização dos princípios expressos no Código de Ética, de modo a consolidar o projeto ético-político profissional atual que estabelece fecunda articulação com as classes trabalhadoras.

O Código de Ética profissional estabelece princípios éticos que são definidos no projeto profissional, apontando como a prática profissional “deve ser” realizada. Assim, como assinala Iamamoto (2002), “o Código de Ética indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional cotidiano”.

O Código de Ética de 1986 representa um marco do Serviço Social, sobretudo por significar a ruptura ética e ideopolítica com os princípios neotomistas e com a perspectiva funcionalista. Contudo, era necessário construir um instrumento político e educativo que contemplasse também aspectos normativos e punitivos, edificando limites e parâmetros que exprimissem normas de condutas profissionais, o que resultou no Código de Ética de 1993 (PAIVA e SALES, 1996).

O Código atual tem como princípios fundamentais que apontam para um conjunto de valores que norteia o agir profissional. Dentre esses princípios, destacam-se: o reconhecimento da liberdade como princípio fundamental; a defesa intransigente dos direitos humanos; a defesa do aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia na socialização da participação política e da riqueza; o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, o que implica na universalidade no acesso a bens e serviços e na gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e na garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros trabalhadores; e o comprometimento com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Segundo Iamamoto (2002),

a efetivação desses princípios remete à luta no campo democrático popular, pela construção de uma nova ordem societária. E os princípios éticos ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade (IAMAMOTO, 2002, p. 21).

A concepção de liberdade aparece como um valor ético essencial. Tal princípio, como sustentam Paiva e Sales, concebe a liberdade como construção coletiva. No entanto, contém uma dimensão individual, ao considerar o indivíduo como fonte de valor, como um sujeito com direito à liberdade. Desse modo, o conceito de liberdade é vinculado à autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

No campo do exercício profissional, a resignação à visão determinista e fatalista da realidade sinaliza a renúncia da liberdade profissional, edifica um campo de submissão e passividade (PAIVA e SALES, 1996). É imprescindível, portanto, fazer do espaço da autonomia profissional campo de construção de possibilidades e de alternativas criativas que viabilizem a concretização do projeto ético-político profissional. Assim, como sustentam Paiva e Sales (1996,p.183),

o exercício do Serviço Social só é compreendido nessa perspectiva, da reinvenção do cotidiano, da iniciativa, fruto da crítica social e do dimensionamento das estratégias político-profissionais, a exigir uma delicada sintonia entre o saber técnico e a competência política.

Partindo deste ponto de vista, pode-se dizer que o espaço de autonomia profissional só poderá ser constituído como campo de luta pela garantia de direitos quando associado à dimensão da competência técnica e política.

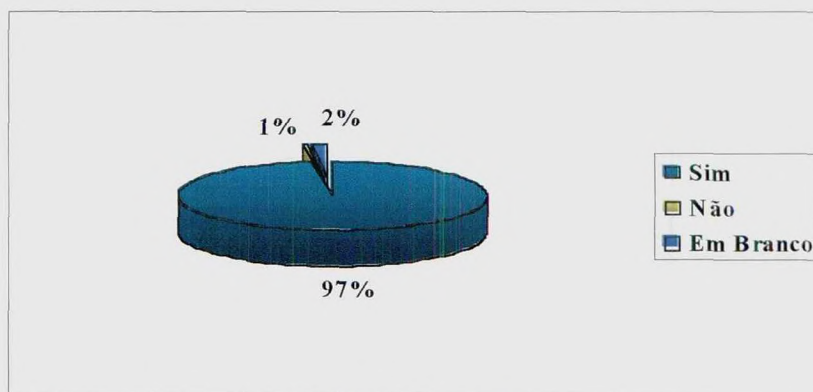


Gráfico 19: Conhecimento do Código de Ética.  
Fonte primária (2004).



Em relação ao conhecimento sobre o Código de Ética entre os profissionais de Serviço Social, a pesquisa revela que 97% dos assistentes sociais afirmam conhecer o Código de Ética Profissional de 1993, 1% dos assistentes sociais declara não conhecer e 2% não responderam.

Rios (1997) expõe que não basta levar em conta o saber, sobretudo é preciso querer e ter a percepção do dever. O desafio profissional está fundamentalmente em concretizar os princípios expressos no Código de Ética em um quadro de complexas contradições. Para tanto, é essencial a competência, entendida como a articulação das dimensões ética, política e técnica<sup>18</sup>. Sobretudo, porque a competência requer a preocupação de como “deve ser” o exercício profissional, por isso a questão da competência é intrínseca à discussão do Código de Ética. Como salienta Rios (1997, p. 9), “ser competente é saber fazer bem o dever.”

### 3.3 Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº 8662/93)

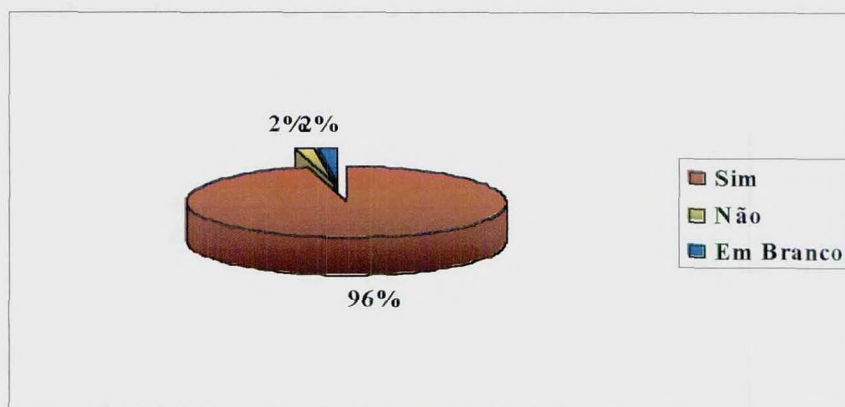


Gráfico 20: Conhecimento da Lei que regulamenta a profissão.  
Fonte primária (2004).

<sup>18</sup> A dimensão técnica é aqui entendida como as matrizes teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão, ou seja, o conhecimento especializado do assistente social.

Dos assistentes sociais submetidos à pesquisa, 96% dizem conhecer a Lei que regulamenta a profissão, 2% desconhecem esse aparato normativo, enquanto outros 2% não responderam.

O Serviço Social foi regulamentado juridicamente em 1957, porém era necessário dar outra perspectiva à regulação a partir do novo projeto ético-político profissional, fato que resultou no texto legal atualizado de 1993.

A Lei nº 8662/93, como instrumento normativo da profissão, estabelece balizas para o exercício do Serviço Social. Os parâmetros sinalizados por tal aparato normativo instituem, entre outras coisas, as condições legais para o exercício da profissão, as competências e as atribuições privativas do profissional de Serviço Social.

Segundo Iamamoto (2002), há a necessidade de explicitar e aprimorar a interpretação do texto legal, fato que pode adensar a reflexão sobre o exercício da profissão, sobretudo no que se refere aos artigos 4º e 5º, que tratam das competências e atribuições privativas do assistente social. Uma vez que, conforme a autora, a tomada de reflexão desse tema constitui um desafio à categoria, pois tal embate tende a extrapolar a função de um instrumento legal, podendo traduzir em termos jurídicos o projeto profissional.

A discussão sobre a Lei de Regulamentação da Profissão, principalmente no que se refere aos artigos que prevêm as competências e atribuições profissionais, exige fundamentalmente considerar a nova configuração dos espaços sócio-ocupacionais e as novas demandas postas à profissão, frente às intensas modificações societárias. Tal tematização converge inevitavelmente para o surgimento de novas competências profissionais (*idem*), o que requer do assistente social domínio de informações de diferenciadas ordens e novas habilidades técnico-operacionais. Extrapolando o campo de execução de políticas sociais, o assistente social vem sendo requisitado para a formulação e

gestão dessas políticas, tem sido também chamado a atuar em novos terrenos, como nos campos da assessoria e da consultoria. Para tanto, como sublinha Iamamoto (2002), há exigência de um olhar mais aberto às novas tendências dos processos sociais e a atuais reconfigurações macrossocietárias. Esse esforço deve se voltar evidentemente para a qualidade dos serviços prestados, como prevêm os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional.

### **3.4 Diretrizes Curriculares**

Em 1993 foi deliberada a necessidade de uma profunda avaliação do processo de formação curricular do Serviço Social, o que culminou na revisão do Currículo Mínimo do curso, vigente desde 1982. Tal debate, encabeçado pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), juntamente ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e à Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), levou a ampla discussão às Unidades de Ensino a partir de 1994, resultando na proposição de novas Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social.

Em 1996, foi promulgada a LDB (Lei nº 9394), normatizando e definindo as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. De acordo com que prevê as diretrizes Curriculares

Diretrizes estas que estabelecem um patamar comum, assegurando ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização, e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas à qualificação do profissional, alteram os espaços ocupacionais do assistente social,

exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados. (Ministério da Educação. Lei nº 9394/ 1996).

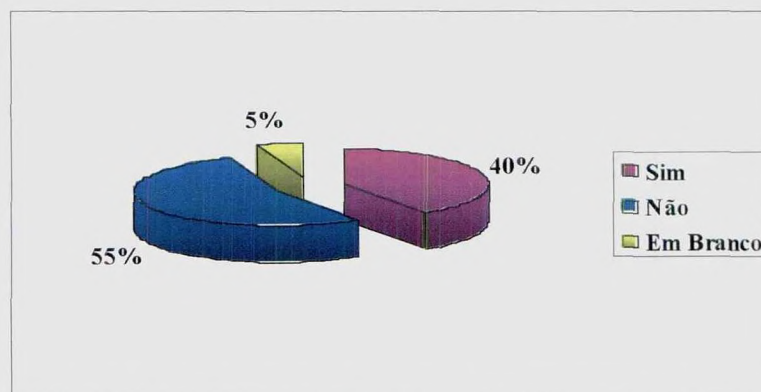


Gráfico 21: Conhecimento das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social.

Fonte primária (2004).

A pesquisa revela que 55% dos profissionais pesquisados desconhecem as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, 44% dos assistentes sociais dizem conhecer, ao passo que 5% não responderam.

Considerando a competência como a capacidade de se dar resolutividade a determinado assunto, tal discussão passa evidentemente pelo campo de formação profissional. O debate sobre o projeto de formação é essencial na medida em que as atuais determinações societárias exigem novas competências profissionais. Como diz Iamamoto (2003), “o desafio está em dar um salto de qualidade no processo de formação profissional do assistente social”. A autora continua, expondo que “este é um dos quesitos para assegurar a atualidade da profissão, condição de sua necessidade social, ou seja, da sua reprodução na esfera do mercado capitalista de trabalho e de alargamento de espaços ocupacionais” (IAMAMOTO, 2003, p. 170).

Nesse sentido, é imprescindível a necessidade de se articular a formação profissional com o mercado de trabalho. Essa articulação, portadora de senso crítico, deve detectar tendências e contratendências nos diferentes espaços sócio-ocupacionais,

capacitando profissional para responder criticamente os desafios no atual mercado de trabalho (Idem).

Considerando o exposto neste capítulo é fundamental a interlocução entre o processo de formação, as exigências do mercado de trabalho e a permanente reflexão sobre o aparato normativo da profissão. A atualidade do Serviço Social depende fundamentalmente do protagonismo de seus agentes, enquanto sujeitos históricos em um momento de constantes desafios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu adentrar no universo da categoria do profissional de Serviço Social, buscando levantar características que apontassem para o perfil do assistente social em Santa Catarina, considerando as mediações que atravessam o modo como vem atuando.

O resgate histórico do Serviço Social possibilitou alçar elementos que puderam contribuir para a compreensão do presente, considerando questões preponderantes na trajetória da profissão. Dessa forma, cabe ressaltar que o Serviço Social se consolida como profissão no início do século XX, com uma atuação intimamente ligada à igreja, tendo como orientação bases conservadoras pautadas na filosofia neotomista. No entanto, nas décadas de 1960 e 1970 há a quebra do projeto ético-político “tradicional”, na tentativa de romper com o conservadorismo da profissão. Nessa perspectiva, agentes profissionais impulsionam o processo de Reconceituação, questionando suas bases teórico-metodológicas e dando um caráter político ao Serviço Social. Sendo assim, de acordo com a trajetória sócio-histórica do Serviço Social, pode-se dizer que o projeto profissional, hoje hegemônico, estabelece vínculo fecundo com as classes trabalhadoras.

Nos marcos dos anos 1990 emerge uma nova fase de acumulação capitalista. Nesse processo, destaca-se o fenômeno da flexibilização do trabalho, do qual se tornou ícone da dinâmica reestruturação produtiva e que vem provocando inflexões substantivas nos processos de produção, ocorrendo inevitavelmente uma violenta desregulamentação dos direitos trabalhistas. Paradoxalmente associada ao fenômeno de flexibilização, assiste-se a evidente diminuição do papel regulador do Estado, principalmente no que tange o campo das políticas sociais. Dessa forma, o cenário atual é consubstanciado por

preponderantes alterações que apontam novas configurações nas condições de trabalho do assistente social.

Considerando a historiografia da profissão e as dinâmicas determinações do cenário atual, foi possível projetar o perfil do assistente social em Santa Catarina. Assim, o perfil que se desenha sinaliza, em um primeiro momento, a predominância do sexo feminino na profissão, questão que pode ser relacionada à origem do Serviço Social e à imagem hegemônica da mulher na sociedade. Outras características explicitadas nos dados analisados indicam, de forma geral, um profissional na faixa-etária de 25 a 44 anos, católica(o), heterossexual, casada(o) e sem filhos. Outrossim, destaca-se a recente conclusão do curso, por parte da maioria dos profissionais, o que indica que estes entram no universo da categoria com o novo projeto ético-político da profissão já consolidado e num mercado de trabalho configurado na perspectiva das inflexões que determinam o cenário atual.

Para a tomada da reflexão sobre o assistente social no mundo do trabalho, é inevitável sublinhar que este profissional, como possuidor de certa especialização, está inscrito na divisão técnica do trabalho e tem como objeto as múltiplas expressões das questões sociais. Dessa forma, para a construção do perfil do profissional de Serviço Social, é singular considerar as mediações que perpassam por seu processo de trabalho.

No que se refere ao mundo do trabalho, os resultados da pesquisa revelam que é preponderante a prevalência de profissionais inscritos no setor público, principalmente no que se refere às esferas municipais. A absorção do assistente social nesses espaços pode estar associada sobretudo ao processo de descentralização/municipalização, implementado pelo país a partir da Constituição Federal de 1988.

Em relação à manutenção de contratos de trabalho, verifica-se que a maioria dos assistentes sociais são regidos pelos estatutos do servidor público ou são celetistas. No

entanto, há de se considerar a incidência marcante de contratos temporários, fato que é reflexo de um agressivo processo de precarização do mundo trabalho, acarretando na perda de direitos trabalhistas.

Os dados apontam que o assistente social vem atuando principalmente nas áreas de assistência social, saúde e junto a crianças e adolescentes. Nesse sentido, observa-se que os marcos legais que dão sustentação a essas áreas, como a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8742/93), o Sistema Único de Saúde (Lei nº 8080/90) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), significaram, entre outras coisas, a abertura de mercado de trabalho ao profissional de Serviço Social, na medida em que prevêm a ampliação do raio de proteção social. Ainda considerando o âmbito de atuação dos assistentes sociais, é notável o protagonismo desses profissionais no campo dos Conselhos, principalmente por esses espaços terem como eixos norteadores as políticas públicas e o enfrentamento das questões sociais.

No que se refere às principais dificuldades e obstáculos encontrados no cotidiano profissional no interior dos espaços sócio-institucionais, a pesquisa revela que a maioria dos assistentes sociais considera que os obstáculos mais significativos estão vinculados à estrutura físico-material, à falta de pessoal e ao setor administrativo-financeiro. Esses condicionantes vivenciados no cotidiano institucional são reflexos de intensos processos de redefinições no interior das organizações. No entanto, tais determinantes devem ser pensados como desafio profissional, na perspectiva da construção de ações que dêem respostas coerentes a demandas postas. Para tanto, é imperativa a apreensão de processos orçamentários que envolvam as políticas sociais, para que se construam estratégias que viabilizem a captação de recursos para o subsídio dessas políticas. Nesse sentido, é imprescindível o permanente processo de capacitação/qualificação profissional, para que se possa fazer enfrentamento das limitações postas no cotidiano profissional.



No que tange à questão remuneratória desse profissional, a pesquisa revela que a faixa de salário média é de R\$ 1.300,00. No entanto, há um número considerável de profissionais que têm renda mensal variando até 3 salários mínimos. Assim, observa-se que este profissional não vem sendo muito valorizado em termos salariais. O que remete a pensar nas desigualdades entre os gêneros, na imagem social da profissão e, sobretudo, na importância que é dada à questão social no quadro sócio-histórico atual.

Com base no perfil profissional apresentado, é importante considerar as mediações que envolvem o seu peculiar processo de trabalho em um cenário de profundas alterações. É fundamental, portanto, pensar o projeto ético-político da profissão, entendendo ser este um guia para o exercício do Serviço Social no enfrentamento das questões postas na contemporaneidade.

Assim, o projeto ético-político profissional caminha na perspectiva de dar sentido ao agir do assistente social, sendo determinante na construção do perfil da categoria, sobretudo por apresentar uma imagem de sociedade a ser construída, implicar valores que justificam a profissão e eleger determinados meios para sua concretização. Para tanto, os pilares que sustentam esse projeto estão consubstanciados no Código de Ética Profissional, na Lei que Regulamenta a Profissão e nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. A articulação desses três aparatos normativos é imprescindível para a consolidação do projeto ético-político profissional. Esses instrumentos dão rumo para o exercício cotidiano do Serviço Social, estabelecem o campo de competências e atribuições e são balizas para formação das bases teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, fornecendo um peculiar aporte de conhecimento especializado ao profissional para o enfrentamento das questões que fazem do Serviço Social profissão socialmente necessária.

No tocante aos elementos levantados neste trabalho, cabe ressaltar o perfil do assistente social em Santa Catarina em uma dinâmica de intensas contradições. É fundamental, nesse sentido, um olhar crítico sobre as atuais tendências que mediam o seu processo de trabalho, fato que requer olhos atentos às novas exigências profissionais. Desse modo, faz-se necessário a interlocução dos assistentes sociais com outros profissionais integrando equipes interdisciplinares, na conjugação seu saber específico a outras áreas conhecimentos.

No que se refere ao fortalecimento da categoria é imprescindível a vinculação mais estreitas dos assistentes sociais o conselho profissional. Essa vinculação pode permitir o permanente debate sobre os dilemas profissionais e fortalecer a categoria na ampliação e conquistas de novos espaços de atuação.

O desafio profissional está fundamentalmente em construir propostas criativas de enfrentamento das questões postas para além da lógica que se instaura atualmente, onde as soluções caminham no sentido de adaptação às condições vigentes. Para tanto, é imprescindível um profissional que ouse decifrar os determinantes que envolvem seu processo de trabalho, atuando na construção de um projeto político que vá ao encontro dos interesses das classes populares.

Por fim apresentam-se algumas recomendações:

- ✓ A continuidade de pesquisas que retratem a categoria em diferentes aspectos, promovendo o fomento de seu desenvolvimento;
- ✓ O permanente debate no interior da categoria sobre o aparato normativo da profissão;
- ✓ A discussão no interior da categoria sobre homossexualidade;
- ✓ A articulação entre a Universidade e o CRESS no estímulo a acadêmicos para a realização de pesquisas e estudos sobre o universo profissional;

- ✓ Estimular os acadêmicos e profissionais para que permaneçam atentos às reformas curriculares, pois a diretrizes curriculares garante a atualidade da profissão;
- ✓ Ao CRESS que continuem sendo campo de estágio, na medida em que constitui um espaço fecundo de aprendizagem no processo de formação profissional.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura*. São Paulo: Cortez, 2002.

ANTUNES, R. Dimensão da crise e metamorfose do mundo do trabalho. In: *Serviço Social & Sociedade*, ano XVII, nº 50, p. 78-86, abr. 1996.

ARCOVERDE, A. C. B. Questão Social no Brasil e Serviço Social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Brasília, CEAD, 1999, p. 75- 86. Módulo 2: Reprodução Social Trabalho e Serviço Social.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas, ABEP, NEPO/ UNICAMP e CEDEPLAR/UFRG. São Paulo: 34, 2000. p. 13-58.

CFESS. *Atribuições privativas do(a) Assistente Social*: em questão. Fev. 2002.

\_\_\_\_\_. Código de Ética do Assistente Social. Brasília: CFESS, 2003.

CRESS (11ª Região). *Coletânea Legislações: Direitos de Cidadania*. Curitiba: CRESS 11ª Região, nov. 2003.

FRY, P. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultura/Brasiliense, 1986. (Pequenos Passos).

GIL, A.C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOMES, A. L. Os Conselhos de políticas e de direito. In *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Brasília, CEAD, 1999. p. 165- 172. Módulo 4: O trabalho do assistente social às Políticas Sociais.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílio*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JORGE, M. R. T. A construção curricular no ensino de Serviço Social. In: *Serviço Social & Sociedade*, ano XX, nº 61, p. 127-150, nov. 1999.

KAMEYAMA, N. Notas introdutórias para a discussão sobre reestruturação produtiva e o Serviço Social. In: MOTA N. (Org). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 7- 22.

LISBOA, T. K. *Gênero, classe e etnia: trajetória da vida de mulheres migrantes*. Florianópolis: UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social e alienação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA N. (Org). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 7- 22.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano XVII, nº 50, p. 87- 132. abr. 1996.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em serviço social e Política Social*, Brasília, CEAD, 1999. p. 92-109. Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social.

NOGUEIRA, M. A. A dialética Estado/Sociedade e a Construção da Seguridade pública. In: Abong/CFESS/CNTSS-CUT (Org.). *A política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios*. Subsídios à III Conferência Nacional de Assistência Social. Cadernos Abong, nº 30, nov. 2001.

PAIVA, B. A.; SALES M. A nova ética profissional: práxis e princípios. In BONETTI, D.; SILVA, M.; SALES M.; GONELLI, V. (Org.). *Serviço Social e Ética: um convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 1996.

RIOS, T. A. *Ética e Competência*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, C, E CARVALHO, I. M. M. Reforma do Estado, descentralização e desigualdade. *Lua Nova*, São Paulo, nº 48, CEDESC, 1999. p. 187-212.

SILVA E SILVA, M. O. *O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATO, I. *Gramsci: sua teoria no Brasil, influencia no serviço social*. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, A. *Contribuição para a concepção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*. Belém, 2004. Mimeo.

STEIN, R. H. A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano XVIII, nº 54, jul. 1997.

VERONESE, J. R. P. *Temas de Direito da Criança e do adolescente*. São Paulo. LTR, 1997.

VIEIRA, B. O. *História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria*. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

**APÊNDICE****QUESTIONÁRIO REFERENTE AO PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL  
EM SANTA CATARINA**





**13 – QUAL A CARGA HORÁRIA SEMANAL NO PRINCIPAL VÍNCULO?**

- A( ) MENOS DE 20H                      B( ) 20 H                      C( ) 24 H  
D( ) 30 H                                  E( ) 40 H                      F( ) MAIS DE 40

**14 – O CARGO QUE VOCÊ OCUPA TEM A NOMECLATURA DE ASSISTENTE SOCIAL?**

- A( ) SIM    B( ) NÃO

**15–AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS NO AMBIENTE DE TRABALHO SÃO DE ORDEM...**

(ASSINALE MAIS DE UMA ALTERNATIVA, SE FOR O CASO).

- A( ) ESTRUTURAL ( FÍSICA / MATERIAL)                      B( ) RELACIONAMENTO INTERPESSOAL  
C( ) POLÍTICA    D( ) TÉCNICA  
E( ) DE PESSOAL( FALTA DE)                      F( ) ADMINISTRATIVA - FINANCEIRA

OUTRA(S)? QUAL(IS)? \_\_\_\_\_

**16- QUE CIDADE TRABALHA?**

\_\_\_\_\_

**17 – ANO DE CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: \_\_\_\_\_**

**18 – ATUAL FORMAÇÃO**

- A( ) GRADUAÇÃO  
B( ) ESPECIALISTA / ÁREA: \_\_\_\_\_  
D( ) MESTRADO / ÁREA: \_\_\_\_\_  
E( ) DOUTORADO / ÁREA: \_\_\_\_\_  
F( ) PÓS-DOUTORADO / ÁREA: \_\_\_\_\_

**19 – CONHECE A LEI QUE REGULAMENTA PROFISSÃO ( N° 8662/93)?**

- A( ) SIM    B( ) NÃO

**20 – VOCÊ CONHECE O CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993?**

- A( ) SIM    B( ) NÃO

**21 – VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM CONSELHO DE DIREITO OU DE POLÍTICAS SOCIAIS?**

- A( ) SIM    B( ) NÃO (NA ESCOLHA DESSA ALTERNATIVA O QUESTIONÁRIO FOI FINALIZADO)

**O CRESS 12ª REGIÃO AGRADECE SUA COLABORAÇÃO!**